

**DESIGUALDADES REGIONAIS: INDICADORES
SÓCIO-ECONÔMICOS NOS ANOS 90**

Lena Lavinias

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ)

Eduardo Henrique Garcia

*Mestrando em Economia pela UFRJ e Assistente de Pesquisa do Instituto
de Planejamento Econômico e Social (IPEA)*

Marcelo Rubens do Amaral

*Mestre em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio
de Janeiro (PUC-RJ) e Assistente de Pesquisa na IPEA*

Resumo: *Analisa os indicadores econômicos das regiões brasileiras, enfocando as desigualdades entre elas. Com a globalização da economia, existe a possibilidade de essas disparidades se agravarem, tanto social como economicamente, fato esse que gera apreensão nas áreas menos desenvolvidas, que podem, ficar de fora do fluxo internacional de comércio.*

Palavras-chave: *Desenvolvimento Econômico; Indicadores Sócio-econômicos; Desenvolvimento Regional; Regiões; Brasil.*

1 INTRODUÇÃO

Em seu artigo "MUDANÇAS na divisão interregional do trabalho no Brasil"⁽⁴⁾, no final dos anos 70, Francisco de Oliveira explicitou, com base nas contas nacionais para o período 1947-1968, como a constituição do mercado interno, sob a égide da indústria do Sudeste, engendrou distorções na divisão interregional do trabalho, passando a reproduzir reiteradamente níveis e formas diferenciadas de crescimento econômico entre as regiões brasileiras, aprofundando as desigualdades no território. Sua conclusão, então, apontava para o surgimento de uma economia nacional regionalmente localizada, cuja espacialidade obedecia à supremacia do processo de acumulação na Região Sudeste. A integração ao mercado doméstico, ao superar o caráter quase insular das nossas regiões, transformou algumas delas em periferias do centro dinâmico nacional. E como periferias mantiveram-se nos últimos vinte anos, ainda que reduzindo tendencialmente a distância que as separava das áreas detentoras de um crescimento mais autônomo e sustentado, como o Sul e o Sudeste.

Agora nos anos 90, sob a hegemonia do processo de globalização, volta à baila o debate sobre a reprodução das desigualdades espaciais no Brasil, recheado de novos ingredientes, mas maduro de uma velha certeza: permanecem as disparidades tanto do ponto de vista social, quanto econômico. Com um agravante: a face "frankensteïniana" da globalização, que se traduz na exclusão de contingentes expressivos de indivíduos, nações e regiões dos fluxos internacionais de comércio, assusta as áreas menos desenvolvidas e mais pobres, ameaçando sua inserção produtiva e tornando anacrônicas vantagens comparativas do passado. Isto é, de periferias, muitas regiões podem passar à condição de ex-periferias, nada mais, fora dos marcos da nova divisão internacional do trabalho, sem "pertencimento" à economia mundial dos locais integrados em rede.

Não pesa dúvida alguma sobre o fato de que a enorme disparidade entre níveis básicos de desenvolvimento econômico e social num dado território é sinônimo de que haverá espaços descartados do novo mapa da economia global. Isso é verdade para continentes, nações, regiões e as mais distintas escalas que se queira eleger.

Portanto, a equalização das condições de desenvolvimento econômico e social - isto é, infra-estrutura e bem-estar - aparece como um elemento fundamental para que se possa verdadeiramente enfrentar o desafio da globalização. Daí sua atualidade no bojo das políticas regionais lá onde elas estão

sendo implementadas, como é o caso da União Européia, Alemanha - ainda em meio a um processo de unificação -, França, e outros países desenvolvidos, independentemente do seu maior ou menor grau de sucesso. Até porque assiste-se a um recrudescimento das desigualdades entre regiões nos países capitalistas avançados, como atesta recente relatório da OCDE⁽⁵⁾.

De fato, os primeiros anos da década de 90 revelaram dois fenômenos concomitantes no mundo desenvolvido. O primeiro deles, o "efeito de reequilíbrio regional negativo", isto é: estaria havendo uma redução das disparidades entre regiões por conta de a recessão dos anos 1990-1993 ter impactado mais fortemente as áreas mais prósperas e ricas dos países desenvolvidos, onde foi mais longe o processo de reestruturação produtiva, com consequências amplas e bastante graves sobre o desemprego e a desaceleração do crescimento. Isso teria provocado uma convergência de rendas no plano inter-regional "negativa", pois carregada pelas perdas das regiões mais dinâmicas e não por ganhos acumulados juntos às mais atrasadas.

Ao mesmo tempo, países como a Itália, a Suíça e a Holanda verificaram aumento das disparidades inter-regionais, com riscos até para a solidariedade nacional. No caso italiano, por exemplo, aprofundou-se e muito o desequilíbrio* entre o Norte e o *Mezzogiorno*, reacendendo velhas querelas regionais que nem mesmo o sucesso estrondoso e referencial da Terceira Itália conseguiu ocultar. Quanto à Suíça, é oportuno frisar que um dos objetivos prioritários de sua política regional volta-se hoje para a "eliminação das indesejáveis disparidades regionais com respeito às condições de vida e trabalho" que persistem entre os cantões. Sem dúvida nenhuma, diferenciais cuja magnitude encontra-se muito aquém da que nos é familiar no Brasil.

Para se ter uma idéia de quão grande é essa magnitude, vamos olhar a TABELA 1, onde aparecem os diferenciais de renda *per capita* entre as regiões mais ricas e as mais pobres de alguns países europeus e nós. O exercício consistiu em calcular exclusivamente o diferencial entre a mais alta renda *per capita* e a mais baixa, tal como aparece no relatório da OCDE, citando-se para conhecimento o nome das regiões extremas.

* O relatório citado menciona na página 17 que as taxas de crescimento econômico do sul foram bem inferiores às do Norte, e que comparados os indicadores de consumo domiciliar, investimentos e exportações entre as duas regiões, os do Sul foram sempre muito mais desfavoráveis, à exceção da taxa de desemprego.

TABELA 1

| País | Região | Diferencial PIB per capita - 1990 |
|---------------|-----------------------------|--------------------------------------|
| Alemanha | HAMBURG/S.HOLSTEIN | 0.53 |
| França | ILE DE FRANCE/CORSICA | 0.47 |
| Itália | LOMBARDIA/CALABRA | 0.44 |
| Espanha | NAVARRA/EXTREMADURA | 0.49 |
| Inglaterra | SOUTH-EAST/NORTHERN IRELAND | 0.60 |
| Portugal | LISBON-TEJO/MADEIRA | 0.46 |
| Grécia | CENTRAL GREECE/NORTH EGEAN | 0.57 |
| Brasil | SUDESTE/NORDESTE | 0.35 |
| | BRASÍLIA/PIAUI | 0.13 |

FONTE: OCDE⁽⁵⁾.

- SILVA *et al*⁽⁶⁾.

Como vemos, os três países com diferenciais de renda regional inferiores a 50% são Inglaterra, Grécia e Alemanha. No Brasil esse índice é de 1 para 3 em escala macrorregional e de quase 1 para 10 em nível estadual*.

O relatório da OCDE salienta ainda que as tendências de longo prazo indicam recrudescimento das disparidades no território e que por isso torna-se imprescindível mudar o eixo das políticas regionais, tornando-as mais seletivas e acoplando-as a outras políticas de caráter macroeconômico e setorial.

Situação semelhante à vivida pelos países mais avançados no tocante à problemática regional acontece no Brasil, onde multiplicam-se sinais evidentes de aumento das disparidades inter-regionais com base na série recente de Contas Nacionais elaborada pelo IPEA e de crescente convergência negativa entre rendas regionais, a partir dos dados da PNAD para os anos 90. No âmbito deste trabalho vamos, em primeiro lugar, apresentar um breve quadro das desigualdades sociais no território brasileiro no início da década de 90, analisando sua evolução recente. Utilizaremos, para isso, informações disponíveis no ATLAS Regional das Desigualdades⁽¹⁾, construídas a partir das PNADs. Em segundo lugar, vamos avaliar o desempenho econômico dos estados da Federação no período 1985-1994, com base no trabalho desenvolvido também no IPEA por SILVA *et al* (1996)⁽⁶⁾, intitulado Produto Interno

* Isso sem falar que os patamares absolutos são evidentemente outros, pois a renda *per capita* média de países como a Alemanha e de ECU 18.530; a França de ECU 16.622; a Itália de ECU 14.892; a Espanha de ECU 9.939, a Grécia de ECU 5.127. O valor do ECU, em 16/01/1996, correspondia a R\$ 1,27774 (Compra) / R\$ 1,28103 (Venda - Gazeta Mercantil).

Bruto por Unidade da Federação. Portanto, estaremos cotejando indicadores sociais e outros elaborados com base nas Contas Nacionais. Especial atenção será dada à situação do Nordeste. O recorte escolhido é o estadual, pertinente na interpretação das condições de reprodução de mecanismos endógenos e relativamente autônomos de crescimento e desenvolvimento, e condizente com a escala eleita nas fontes supracitadas.

2 QUADRO SOCIAL: MAIOR EQUILÍBRIO?

Os primeiros anos da década de 90 foram marcados por uma profunda recessão econômica, em meio à ampliação do processo de reestruturação produtiva, que afetou sobremaneira as áreas mais desenvolvidas do País, de estrutura produtiva mais diversificada e onde prevalecia um mercado formal de trabalho de maiores proporções, notadamente industrial.

Como mostra a TABELA 2, entre 1990 e 1992, período mais agudo da recessão, observa-se uma queda generalizada* nos rendimentos médios familiares *per capita*, com uma ligeira recuperação em 1993, recuperação essa que, no entanto: a) não repõe os valores no patamar de 1989 (isso só vai acontecer com a chegada do real em 1995) e b) nem se estende tampouco a todos os estados e regiões da Federação. A queda foi mais acentuada nos estados que auferiam valores mais altos inicialmente, a exemplo do que aconteceu no mundo desenvolvido. A crise, portanto, ao frear o crescimento nas áreas onde ele se dá de forma mais intensa e sustentada, teria promovido um reequilíbrio dos diferenciais regionais de renda.

TABELA 2
Evolução da renda familiar *per capita* urbana - UFs e regiões

(continua)

| Nome da UF | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1992 | 1993 | 1995 | Tx.1987-1995 |
|------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------------|
| Norte | 232,94 | 204,27 | 274,58 | 263,90 | 164,59 | 177,79 | 206,23 | -11,47% |
| Rondônia | 284,85 | 247,58 | 284,18 | 250,27 | 193,35 | 189,55 | 267,93 | -5,94% |
| Acre | 244,92 | 240,37 | 221,16 | 185,59 | 212,39 | 211,50 | 256,16 | 4,59% |
| Amazonas | 250,16 | 215,69 | 311,79 | 335,66 | 169,50 | 160,28 | 217,67 | -12,99% |
| Roraima | 358,24 | 339,62 | 498,36 | 454,67 | 278,55 | 326,90 | 284,34 | -20,63% |

* Somente os estados de Alagoas e Rio Grande do Norte mantiveram entre 1990 e 1992 rendas praticamente idênticas.

TABELA 2
Evolução da renda familiar *per capita* urbana - UFs e regiões
(conclusão)

| Nome da UF | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1992 | 1993 | 1995 | Tx. 1987-1995 |
|----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Pará | 207,02 | 179,80 | 252,19 | 228,68 | 152,34 | 174,14 | 183,97 | -11,13% |
| Amapá | 229,31 | 235,75 | 212,87 | 232,79 | 145,92 | 246,29 | 228,70 | -0,27% |
| Tocantins | | | | | 121,68 | 145,41 | 140,29 | |
| Nordeste | 169,51 | 155,51 | 177,67 | 168,59 | 145,93 | 153,61 | 173,05 | 2,09% |
| Maranhão | 99,39 | 90,82 | 114,96 | 108,14 | 78,76 | 96,84 | 102,98 | 3,61% |
| Piauí | 133,77 | 118,97 | 137,67 | 136,81 | 112,89 | 124,53 | 132,91 | -0,64% |
| Ceará | 162,81 | 153,62 | 151,61 | 145,46 | 142,56 | 149,88 | 178,15 | 9,42% |
| RNorte | 173,99 | 157,33 | 152,06 | 151,61 | 153,41 | 140,34 | 201,57 | 15,85% |
| Paraíba | 147,75 | 127,91 | 139,73 | 159,78 | 130,36 | 160,16 | 193,35 | 30,87% |
| Pernambuco | 171,25 | 155,96 | 179,50 | 170,96 | 148,36 | 143,12 | 169,33 | -1,12% |
| Alagoas | 150,38 | 127,36 | 155,75 | 164,54 | 168,68 | 155,86 | 210,77 | 40,16% |
| Sergipe | 181,79 | 153,09 | 184,68 | 178,76 | 162,84 | 185,82 | 161,13 | -11,36% |
| Bahia | 205,60 | 194,39 | 237,37 | 208,08 | 165,71 | 181,54 | 181,04 | -11,95% |
| Sudeste | 342,04 | 325,03 | 395,70 | 336,61 | 285,49 | 286,87 | 347,40 | 1,57% |
| Minas Gerais | 243,35 | 236,53 | 272,70 | 237,64 | 219,40 | 222,80 | 263,59 | 8,32% |
| Espírito Santo | 298,56 | 263,09 | 296,44 | 294,86 | 204,03 | 222,93 | 287,28 | -3,78% |
| Rio de Janeiro | 332,45 | 324,17 | 423,49 | 322,21 | 312,06 | 290,37 | 354,32 | 6,58% |
| São Paulo | 383,42 | 359,89 | 432,92 | 381,11 | 304,31 | 313,84 | 380,33 | -0,81% |
| Sul | 296,66 | 271,57 | 330,39 | 302,72 | 273,45 | 274,67 | 319,67 | 7,76% |
| Paraná | 276,45 | 253,22 | 310,97 | 269,16 | 225,88 | 248,93 | 292,25 | 5,72% |
| Santa Catarina | 288,27 | 272,03 | 329,43 | 322,57 | 295,33 | 270,22 | 343,63 | 19,20% |
| RSul | 316,69 | 287,23 | 347,97 | 324,76 | 303,62 | 297,50 | 332,04 | 4,85% |
| Centro-Oeste | 301,69 | 291,17 | 338,08 | 335,10 | 241,96 | 255,41 | 278,93 | -7,54% |
| Mato Grosso | 328,34 | 300,86 | 270,94 | 254,79 | 177,76 | 213,34 | 247,30 | -24,68% |
| Mato Grosso Sul | 265,40 | 244,68 | 252,64 | 260,69 | 227,74 | 207,99 | 221,37 | -16,59% |
| Goiás | 246,05 | 222,80 | 296,25 | 279,89 | 214,57 | 220,08 | 217,33 | -11,67% |
| Distrito Federal | 428,56 | 460,22 | 530,46 | 534,21 | 379,55 | 424,68 | 503,87 | 17,57% |
| Brasil Urbano | 293,07 | 275,78 | 332,6 | 293,67 | 244,31 | 248,23 | 292,48 | -0,20% |

FONTE: Pnads

- Notas: (1) O indicador consiste no rendimento médio familiar de todas as fontes dividido pelo número médio de pessoas na família.
- (2) Alguns estados da Região Norte apresentam valores médios considerados excessivamente elevados, como Rondônia e Roraima. Julgamos que se trata de um problema decorrente de amostra da PNAD em nível regional.
- (3) Os valores, deflacionados pelo IGP-DI, estão expressos em R\$ de fevereiro de 1996.
- (4) Não foram realizadas PNADs em 91 e 94.

Mas qual a tendência de mais médio prazo numa década de grande instabilidade econômica, marcada por taxas de crescimento medíocres e um quadro de quase estagnação na evolução da renda familiar *per capita* como indica a taxa de variação acumulada no período 1987-1995 para o Brasil como um todo (TABELA 2), apesar dos efeitos benéficos da estabilização evidenciados para o último ano da série em questão?

A TABELA 3, referente aos coeficientes de variação ponderados* da renda familiar *per capita* urbana entre estados de uma mesma região e no conjunto dos estados brasileiros, no período 1987-1995, permite algumas observações.

TABELA 3
Evolução do coeficiente de variação ponderado da renda familiar *per capita*
Estados das regiões brasileiras - Urbano

| | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1992 | 1993 | 1995 | TX a.a. 1987-95 |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|--------------------|
| NORTE | 1,87% | 2,30% | 2,22% | 4,45% | 2,51% | 3,00% | 3,99% | 9,96% |
| N.ajustada | 2,14% | 2,30% | 2,48% | 2,66% | 3,08% | 3,32% | 3,84% | 7,59% |
| NORDESTE | 2,87% | 3,61% | 5,19% | 2,95% | 2,65% | 2,47% | 2,16% | -3,48% |
| NE.ajustada | 3,81% | 3,57% | 3,34% | 3,13% | 2,74% | 2,57% | 2,25% | -6,35% |
| SUDESTE | 2,41% | 2,13% | 2,64% | 2,68% | 1,79% | 1,65% | 1,77% | -3,77% |
| SE.ajustada | 2,55% | 2,42% | 2,30% | 2,18% | 1,97% | 1,87% | 1,68% | -5,07% |
| SUL | 0,40% | 0,33% | 0,26% | 0,79% | 1,78% | 0,64% | 0,44% | 1,35% |
| S.ajustada | 0,39% | 0,43% | 0,47% | 0,51% | 0,61% | 0,67% | 0,81% | 9,57% |
| C.OESTE | 6,03% | 10,64% | 9,75% | 11,65% | 8,31% | 10,37% | 15,52% | 12,53% |
| CO.ajustada | 7,83% | 8,37% | 8,96% | 9,59% | 10,98% | 11,75% | 13,45% | 7,00% |
| BRASIL | 2,51% | 2,73% | 3,10% | 3,32% | 2,42% | 2,28% | 2,59% | 0,41% |
| BR.ajustada | 2,85% | 2,81% | 2,76% | 2,71% | 2,62% | 2,58% | 2,49% | -1,70% |

FONTE: ATLAS regional das desigualdades⁽¹⁾.

Obs.: Tocantins não foi integrado no cálculo do coeficiente de variação.

Em nível nacional, podemos afirmar existir uma tendência de diminuição dos diferenciais inter-regionais de renda familiar *per capita* nas áreas urbanas (de 2,85% em 1987, para 2,49% em 1995 - TABELA 3).

Em termos macrorregionais (TABELA 2), as regiões Norte e Centro-Oeste destacam-se por ter assinalado queda do valor médio da renda familiar

* No ANEXO 1, metodológico, encontra-se a explicação dos procedimentos empregados no cálculo desta variância. O coeficiente de variação mede aproximadamente a dispersão da renda familiar em cada uma das regiões.

per capita urbana, sem recuperação em 1995 do poder aquisitivo nos níveis existentes em 1987*; somente no Sul verificam-se taxas de crescimento positivas em todos os estados, registrando-se, além disso, a variação mais elevada da renda familiar de um ponto de vista regional.

Duas regiões apresentaram comportamento convergente, pela curva ajustada: Nordeste e Sudeste.

No Nordeste, a redução da variância das rendas (-6,35% a.a.) se deve a uma dupla dinâmica: a) taxas negativas de crescimento de renda nos estados mais desenvolvidas e de mais alto nível de renda no final da década de 80 (especialmente a Bahia, e Pernambuco) e b) taxas positivas bastante expressivas em estados como Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e, em menor proporção, Ceará (TABELA 2). Ou seja, a maior heterogeneidade intra-regional no que tange à evolução da renda familiar *per capita* na passagem dos anos 80 para os 90 é o elemento-chave na compreensão da tendência; quanto ao Sudeste, onde a variância cai em 5,07% a.a., observa-se movimento em duplo sentido como no Nordeste, embora numa amplitude menor: dinâmicas de crescimento bastante diferenciadas - com estagnação em São Paulo, taxa negativa no Espírito Santo e taxas positivas em Minas e Rio de Janeiro. As duas regiões reduziram seus diferenciais internos de renda numa intensidade e proporção bastante semelhantes.

As três outras regiões - Norte, Sul e Centro-Oeste - sobressaem-se por apresentar aumento da variância intra-regional de rendas.

No primeiro caso, isto é, no Norte, o aumento da variância entre rendas (7,59% a.a.) se explica pela forte depreciação do seu valor em estados como Amazonas, Pará e Roraima (que detinham as mais altas taxas de crescimento negativo acumulado); no Sul, surpreende constatar-se tal movimento, uma vez que o Sul é a região brasileira mais uniforme e equilibrada, onde os

* Há que sublinhar que para a grande maioria dos estados brasileiros o segundo ano do Real trouxe ganhos indiscutíveis nos rendimentos médios em relação ao final da década precedente e em relação aos anos da recessão. No entanto, os estados da região Norte e Centro-Oeste não parecem ter sido beneficiados na mesma intensidade. Não sendo nosso objetivo nesse trabalho entender e analisar o impacto diferenciado da estabilização econômica no território brasileiro, limitando-nos a apontar tal evidência, deixando para outra oportunidade uma reflexão instigante sobre o tema.

diferenciais de rendimentos entre seus estados são os mais tênues* . Na realidade, o coeficiente de variação da renda no Sul aumentou de modo dramático entre 1985 e 1992 (de 0,4% a 1,7%), voltando à situação anterior em 1995, efeito que se pode atribuir claramente à recessão do início da década. Essa seria, portanto, uma novidade preocupante, pois estaria indicando tendência ao aumento das disparidades intra-regionais: aumento da variância de 9,57% a.a.. O que inferir dessa dinâmica? Nossas presunções voltam-se para o caso de Santa Catarina. Como revela a TABELA 2, este Estado ao apresentar forte elevação do seu nível de renda, num ritmo muito superior à média regional, acaba se distanciando dos demais, provocando maior dispersão. Já no Centro-Oeste, o aumento da variância (7% a.a.) teria sido determinado pelo sinal inverso das taxas de crescimento entre as rendas do DF, positiva, frente à dos demais estados da Região (negativas), cujos percentuais estão dentre os mais elevados do País.

Apesar do comportamento verificado nas três últimas regiões, devemos considerar o peso relativamente maior que o conjunto das duas primeiras regiões possui na determinação do padrão de convergência das rendas familiares, pois, como percebemos na TABELA 3, a curva do coeficiente de variação ponderado ajustada para o Brasil aponta uma tendência convergente; portanto, as conclusões referentes ao Nordeste e Sudeste são mais representativas para a Federação.

Duas últimas ressalvas se fazem necessárias. Em 1995, persiste ainda um padrão regional dos valores médios da renda familiar *per capita* urbana: todos os estados nordestinos, à exceção de Alagoas, têm valores inferiores a R\$ 200,00, o que é aproximadamente equivalente à metade do valor da renda das famílias do Sudeste (0.498) e do Sul (0.541). Oito anos antes, o diferencial Nordeste/Sudeste era quase exatamente o mesmo (0.495) e ligeiramente mais favorável ao Nordeste no confronto com o Sul (0.571)**.

Portanto, a redução da variância entre estados brasileiros, no que tange à renda familiar *per capita*, além de extremamente lenta (-1,70 % a.a.), é insuficiente para fazer frente ao desafio de uma crescente e mais ágil equalização das condições de vida e bem-estar por todo o território nacional, que possibilite a anulação dos acentuados diferenciais regionais. A esse respeito, cabe salientar que apesar da tendência de queda da dispersão, a variância atual

* Afirmação que pode ser confirmada na leitura vertical a.a. da TABELA 3.

** Há que agregar neste conjunto também dos estados do Norte: Pará e Tocantins.

ainda se encontra num patamar superior ao observado em 1987 (TABELA 3: 2,59% em 1995, contra 2,51% em 1987).

O fenômeno de redução da variância, acima explicitado, estar-se-ia dando também num quadro de reequilíbrio estadual negativo?

TABELA 4

Evolução da média ponderada das quatro maiores e menores rendas estaduais

| | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1992 | 1993 | 1995 |
|-------------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| MÉDIA 4 (-) | 135,36 19 | 118,295 | 137,6975 | 142,4226 | 116,5266 | 137,4232 | 148,1415 |
| MÉDIA 4 (+) | 369,3253 | 352,5602 | 433,6042 | 368,6536 | 308,9581 | 310,5392 | 376,5389 |

FONTE: ATLAS regional das desigualdades⁽¹⁾

TABELA 5

Taxa de crescimento médio anual

| | 1987-1993 | 1987-1995 |
|-------------|-----------|-----------|
| MÉDIA 4 (-) | 0,25% | 1,51% |
| MÉDIA 4 (+) | -2,85% | 0,32% |

FONTE: ATLAS regional das desigualdades⁽¹⁾

Com base na TABELA 5, podemos afirmar que o movimento de convergência de rendas resulta de um reequilíbrio negativo no período 1987-1993, posto que a taxa de crescimento médio anual dos quatro estados mais ricos* caiu numa progressão muito maior (-2,85% a.a.) do que aumentou a renda dos quatro estados mais pobres.

Considerando, entretanto, todo o período (1987-1995), constatamos que o advento do Real reverte aquela tendência de reequilíbrio negativo trazendo, além da estabilização, uma novidade: os estados mais pobres acusam crescimento da sua renda familiar num ritmo mais veloz do que a expansão da renda nos estados que ocupam as quatro primeiras posições no *ranking*. Podemos assim concluir que a estabilização econômica, consolidando-se, poderá vir a ser interpretada como um elemento favorável ao reequilíbrio positivo das rendas entre as famílias brasileiras. Mas esse impacto, relevante na fase subsequente à estabilização, certamente não será prolongado. Pelo contrário: tende a atenuar-se rapidamente, deixando entrever qual o quadro de disparidades mais estrutural que persiste, no que tange aos diferenciais de rendas entre regiões brasileiras.

* A metodologia utilizada neste caso encontra-se no ANEXO 1.

3 INDICADORES ECONÔMICOS: AUMENTA A DISPERSÃO NOS ANOS 90.

Servindo-nos agora das informações disponíveis sobre os PIBs estaduais a custo de fatores, cujos valores brutos deflacionados para 1995 encontram-se na TABELA A2.1 anexa, podemos fazer algumas observações sobre a evolução recente da dinâmica econômica dos estados brasileiros. A isso vamos associar a leitura da TABELA 7. Ela fornece as taxas de crescimento da curva ajustada* dos PIBs estaduais e regionais, inclusive por setor de atividade.

A constatação mais evidente é que nesta década de profunda instabilidade econômica, praticamente sem crescimento - o PIB nacional cresceu 17% no período - o melhor desempenho coube, de fato, aos estados do Centro-Oeste, muito provavelmente em decorrência de uma maior inserção das suas exportações** no mercado internacional. A TABELA 6 que arrola a participação de cada estado e macrorregião no PIB nacional indica que *grosso modo* a década em análise foi benéfica ao Centro-Oeste, que amplia em quase dois pontos percentuais sua presença nas Contas Nacionais entre 1985 e 1994. Esse movimento estendeu-se ao conjunto dos estados da Região, de forma mais ou menos constante. Já o Sudeste destaca-se por ter mantido tendência de redução da sua participação, que cai praticamente nas mesmas proporções, ou seja, 2,5%. Tal comportamento regional explica-se sobretudo pela dinâmica do estado de São Paulo, que nos dois últimos anos da série perde 3% no PIB nacional. Quanto às demais regiões - Norte, Nordeste e Sul - observam-se variações praticamente nulas, apesar de muitas oscilações.

Vale a pena apontar que das três regiões cujo comportamento mostrou-se quase estacionário, o Sul distingue-se por registrar inflexão na curva de crescimento do PIB de descendente para ascendente, a partir de 1991, quando se torna vigente o MERCOSUL.

Do ponto de vista da participação dos PIBs estaduais, cabe assinalar o movimento do PIB baiano, que acusa ligeira retração, e do PIB fluminense, que amplia levemente sua presença nacionalmente.

* Utilizamos para o cálculo da tendência a função Proj. log, que ajusta os dados para uma curva exponencial.

** Falaremos neste ponto a seguir.

TABELA 6
Participação relativa de estados e regiões no PIB brasileiro

(continua)

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Brasil | 445.641.432.244 | 474.496.783.403 | 501.027.957.693 | 487.083.641.449 | 500.246.661.779 |
| Região Norte | 4,36% | 4,52% | 4,65% | 4,80% | 5,06% |
| Rondônia | 0,49% | 0,45% | 0,47% | 0,48% | 0,51% |
| Acre | 0,15% | 0,15% | 0,15% | 0,16% | 0,20% |
| Amazonas | 1,44% | 1,44% | 1,49% | 1,58% | 1,55% |
| Roraima | 0,07% | 0,09% | 0,09% | 0,11% | 0,12% |
| Pará | 1,93% | 2,09% | 2,15% | 2,14% | 2,34% |
| Amapá | 0,12% | 0,14% | 0,17% | 0,18% | 0,18% |
| Tocantins | 0,15% | 0,17% | 0,15% | 0,15% | 0,16% |
| Região Nordeste | 13,93% | 14,18% | 14,09% | 14,10% | 14,29% |
| Maranhão | 1,00% | 1,13% | 1,11% | 1,16% | 1,15% |
| Piauí | 0,43% | 0,47% | 0,44% | 0,46% | 0,44% |
| Ceará | 1,66% | 1,70% | 1,65% | 1,65% | 1,64% |
| R. G. Norte | 0,88% | 0,93% | 1,05% | 1,06% | 1,08% |
| Paraíba | 0,71% | 0,73% | 0,76% | 0,70% | 0,73% |
| Pernambuco | 2,49% | 2,46% | 2,54% | 2,54% | 2,70% |
| Alagoas | 0,74% | 0,67% | 0,74% | 0,68% | 0,73% |
| Sergipe | 0,70% | 0,79% | 0,80% | 0,74% | 0,78% |
| Bahia | 5,31% | 5,29% | 5,01% | 5,11% | 5,05% |

TABELA 6
Participação relativa de estados e regiões no PIB brasileiro

(continua)

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|----------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Brasil | 445.641.432.244 | 474.496.783.403 | 501.027.957.693 | 487.083.641.449 | 500.246.661.779 |
| Região Sudeste | 59,07% | 58,64% | 58,97% | 59,08% | 58,76% |
| Minas Gerais | 9,79% | 9,59% | 9,40% | 9,45% | 9,48% |
| Espírito Santo | 1,71% | 1,78% | 1,52% | 1,61% | 1,68% |
| Rio de Janeiro | 11,70% | 11,98% | 12,18% | 11,43% | 11,49% |
| São Paulo | 35,87% | 35,29% | 35,87% | 36,59% | 36,12% |
| Região Sul | 17,36% | 17,07% | 16,49% | 15,82% | 15,58% |
| Paraná | 6,20% | 6,04% | 5,95% | 5,60% | 5,42% |
| Santa Catarina | 3,40% | 3,47% | 3,28% | 3,25% | 3,19% |
| RSul | 7,76% | 7,56% | 7,26% | 6,97% | 6,97% |
| Região Centro-Oeste | 5,28% | 5,59% | 5,79% | 6,20% | 6,31% |
| Mato Grosso | 0,76% | 0,93% | 0,91% | 1,02% | 1,04% |
| Mato Grosso do Sul | 0,98% | 1,07% | 1,08% | 1,13% | 1,07% |
| Goiás | 1,91% | 2,02% | 2,06% | 2,08% | 1,93% |
| Distrito Federal | 1,64% | 1,58% | 1,74% | 1,96% | 2,27% |

TABELA 6
Participação relativa de estados e regiões no PIB brasileiro

(continua)

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Brasil | 455.311.510.309 | 489.859.056.993 | 485.890.713.888 | 501.731.095.646 | 519.613.853.823 |
| Região Norte | 5,02% | 4,89% | 4,63% | 4,79% | 4,82% |
| Rondônia | 0,55% | 0,59% | 0,54% | 0,52% | 0,49% |
| Acre | 0,20% | 0,20% | 0,21% | 0,19% | 0,20% |
| Amazonas | 1,60% | 1,40% | 1,33% | 1,42% | 1,39% |
| Roraima | 0,12% | 0,10% | 0,10% | 0,11% | 0,11% |
| Pará | 2,21% | 2,27% | 2,13% | 2,20% | 2,28% |
| Amapá | 0,18% | 0,16% | 0,14% | 0,16% | 0,16% |
| Tocantins | 0,16% | 0,18% | 0,18% | 0,18% | 0,19% |
| Região Nordeste | 14,02% | 14,15% | 13,90% | 14,32% | 13,97% |
| Maranhão | 1,14% | 1,08% | 1,05% | 1,12% | 1,15% |
| Piauí | 0,49% | 0,45% | 0,41% | 0,48% | 0,48% |
| Ceará | 1,67% | 1,83% | 1,85% | 1,86% | 1,81% |
| RNorte | 0,91% | 0,99% | 0,89% | 0,93% | 0,96% |
| Paraíba | 0,80% | 0,80% | 0,77% | 0,79% | 0,78% |
| Pernambuco | 2,55% | 2,74% | 2,63% | 2,64% | 2,50% |
| Alagoas | 0,85% | 0,79% | 0,79% | 0,77% | 0,77% |

TABELA 6
Participação relativa de estados e regiões no PIB brasileiro

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|----------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Brasil | 455.311.510.309 | 489.859.056.993 | 485.890.713.888 | 501.731.095.646 | 519.613.853.823 |
| Região Sudeste | 58,50% | 59,03% | 58,55% | 56,64% | 56,57% |
| Minas Gerais | 9,34% | 9,45% | 9,67% | 9,86% | 9,81% |
| Espírito Santo | 1,61% | 1,64% | 1,65% | 1,69% | 1,67% |
| Rio de Janeiro | 11,20% | 11,29% | 10,90% | 11,59% | 12,26% |
| São Paulo | 36,35% | 36,65% | 36,34% | 33,50% | 32,85% |
| Região Sul | 15,85% | 15,26% | 16,56% | 17,32% | 17,55% |
| Paraná | 5,55% | 5,66% | 6,17% | 6,47% | 6,74% |
| Santa Catarina | 3,24% | 2,96% | 3,25% | 3,38% | 3,44% |
| RSul | 7,07% | 6,65% | 7,13% | 7,47% | 7,37% |
| Região Centro-Oeste | 6,61% | 6,66% | 6,36% | 6,94% | 7,08% |
| Mato Grosso | 1,06% | 1,16% | 1,08% | 1,14% | 1,08% |
| Mato Grosso do Sul | 1,16% | 1,17% | 1,15% | 1,22% | 1,24% |
| Goiás | 2,17% | 2,21% | 2,07% | 2,23% | 2,19% |
| Distrito Federal | 2,21% | 2,13% | 2,06% | 2,36% | 2,56% |
| Sergipe | 0,81% | 0,75% | 0,76% | 0,69% | 0,66% |
| Bahia | 4,80% | 4,72% | 4,77% | 5,03% | 4,86% |

Não houve, entretanto, mudanças no *ranking* dos sete maiores PIBs estaduais. Aumentou, porém, a concentração de renda regional: se, em 1985, sete estados brasileiros, a saber São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Santa Catarina detinham 2/3 da riqueza produzida no País, em 1994 tal percentual sobe para 77,3%.

Vamos agora acompanhar a evolução setorial do PIB. As tabelas 7 e A2.2, relativas às dinâmicas setoriais, indicam que a agropecuária foi bastante afetada nos anos 1987-1991, só mais recentemente recuperando uma trajetória de crescimento. Além disso, verifica-se um movimento bastante diferenciado regionalmente: por um lado, perda de participação relativa importante da Região Sul no setor (caindo de 27% em 1985, para 23,1% em 1994), tendo sido o Paraná o estado mais prejudicado pelos efeitos decorrentes da desregulamentação das políticas públicas na agricultura e da abertura econômica. Por outro, dois movimentos de expansão: o expressivo aumento do PIB agropecuário de São Paulo (6,8% a.a. - TABELA 7), compensando regionalmente a retração mais marcada de crescimento em Minas Gerais; e o crescimento dos PIBs nordestino - com destaque particular para Pernambuco e Rio Grande do Norte - e nortista. Em 1994, o Nordeste alcança participação regional semelhante ao Sul no interior da produção agrícola e pecuária nacional (22,5% e 23,1%)*, quando dez anos antes tais percentuais eram respectivamente de 20,79% e 27,04%. Cabe registrar que o PIB agropecuário da Região Centro-Oeste pouco varia, pois o crescimento da produção vem-se dando com base em produtos de maior valor agregado, embora oriundos da agricultura.

Se nos detivermos agora no PIB industrial (TABELAS 13 e 7), vemos que, ao contrário do que aconteceu no setor agropecuário, não houve recuperação nos primeiros anos da década de 90. Num quadro de crescimento praticamente nulo dos PIBs estaduais, o pior desempenho setorial coube justamente à indústria (-2,4% a.a). Tendo sido as regiões brasileiras distintamente afetadas pela reestruturação da indústria, ocorre redistribuição das participações relativas entre as regiões. Nos casos do Nordeste e do Norte, seu produto industrial tem nacionalmente o mesmo peso do ano de 1985. O Sudeste verifica constante perda de posição, carreada sobretudo pelo fraco desempenho paulista e fluminense (queda de aproximadamente 4% para o primeiro e de 3% no segundo), sendo que, em nível regional, sua indústria verifica taxa de cresci-

* Embora percentualmente, os valores do PIB agropecuário sejam próximos em 1994 - R\$ 16,6 bilhões para o Nordeste e R\$ 17 bilhões para o Sul -, de fato, este setor possui características radicalmente distintas entre ambas as regiões. No Sul, a agricultura é muito mais integrada do ponto de vista produtivo (cadeias agroalimentares) e do mercado, o que não ocorre no Nordeste.

mento negativa de 3,1% a.a. (TABELA 7). O Sudeste foi a Região mais impactada pela crise da indústria, tendo o Rio de Janeiro assinalado a mais alta taxa de crescimento negativo entre 1985-1994, da ordem de 5% a.a. Sul e Centro-Oeste galgam novos patamares, ocupando o espaço aberto pelo Sudeste. No caso da primeira, cabe apontar o incremento da participação do Paraná, crescimento de 2,6% a.a. (apesar dos -0,6% regionais). Quanto ao Centro-Oeste, expande em 3,5% a.a. seu produto industrial, cujo crescimento é negativo nas demais regiões. É a indústria que puxa em grande parte o aumento do PIB estadual (4% a.a.). O Centro-Oeste constitui-se numa exceção, por ser a única Região onde todos os estados apresentaram variação positiva do PIB nos três setores de atividade, no período analisado.

TABELA 7
Taxa de crescimento da curva ajustada do PIB regional (1985-1994)
(continua)

| | PIB regional | Agropecuária | Indústria | Serviços |
|------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| Brasil | 0,9% | 2,2% | -2,4% | 3,4% |
| Região Norte | 1,8% | 3,5% | -1,6% | 3,9% |
| Rondônia | 2,3% | 2,5% | -3,5% | 4,8% |
| Acre | 5,3% | 3,8% | 7,8% | 5,3% |
| Amazonas | 0,1% | 1,3% | -2,6% | 3,9% |
| Roraima | 4,8% | 2,2% | 5,8% | 4,8% |
| Pará | 2,1% | 4,3% | -1,1% | 3,5% |
| Amapá | 2,4% | 0,8% | 0,6% | 4,3% |
| Tocantins | 3,7% | 4,5% | 1,2% | 1,9% |
| Região Nordeste | 1,0% | 2,8% | -2,8% | 2,9% |
| Maranhão | 1,4% | 2,7% | -4,2% | 3,6% |
| Piauí | 1,4% | 0,4% | -1,9% | 3,0% |
| Ceará | 2,3% | 2,4% | -0,1% | 2,9% |
| RNorte | 0,7% | 4,1% | -2,9% | 2,9% |
| Paraíba | 2,2% | 2,4% | -2,7% | 3,4% |
| Pernambuco | 1,5% | 4,6% | -2,9% | 3,5% |
| Alagoas | 2,3% | 6,5% | -3,5% | 2,8% |
| Sergipe | -0,1% | 6,6% | -4,7% | 3,1% |
| Bahia | -0,1% | 1,3% | -2,8% | 2,1% |
| Região Sudeste | 0,5% | 3,4% | -3,1% | 3,6% |
| Minas Gerais | 1,1% | 0,4% | -0,6% | 2,6% |
| Espírito Santo | 0,8% | -1,3% | -1,3% | 2,5% |
| Rio de Janeiro | 0,7% | 2,6% | -5,0% | 3,6% |
| São Paulo | 0,3% | 6,8% | -3,2% | 4,0% |

TABELA 7
Taxa de crescimento da curva ajustada do PIB regional (1985-1994)
(conclusão)

| | PIB regional | Agropecuária | Indústria | Serviços |
|--------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| Brasil | 0,9% | 2,2% | -2,4% | 3,4% |
| Região Sul | 1,0% | 0,0% | -0,6% | 2,4% |
| Paraná | 1,8% | -0,8% | 2,6% | 2,6% |
| Santa Catarina | 0,7% | 1,3% | -1,7% | 2,7% |
| RSul | 0,5% | 0,3% | -3,0% | 2,3% |
| Reg. Centro-Oeste | 4,0% | 1,1% | 3,5% | 3,7% |
| Mato Grosso | 4,6% | 2,3% | 6,5% | 3,9% |
| Mato Grosso do Sul | 3,2% | 0,9% | 5,4% | 3,6% |
| Goiás | 2,3% | 0,8% | 0,6% | 3,0% |
| Distrito Federal | 5,9% | 3,8% | 5,9% | 4,1% |

FONTE: GAC/IPEA/DIPES (1996) e IBGE.

ATLAS regional das desigualdades⁽¹⁾.

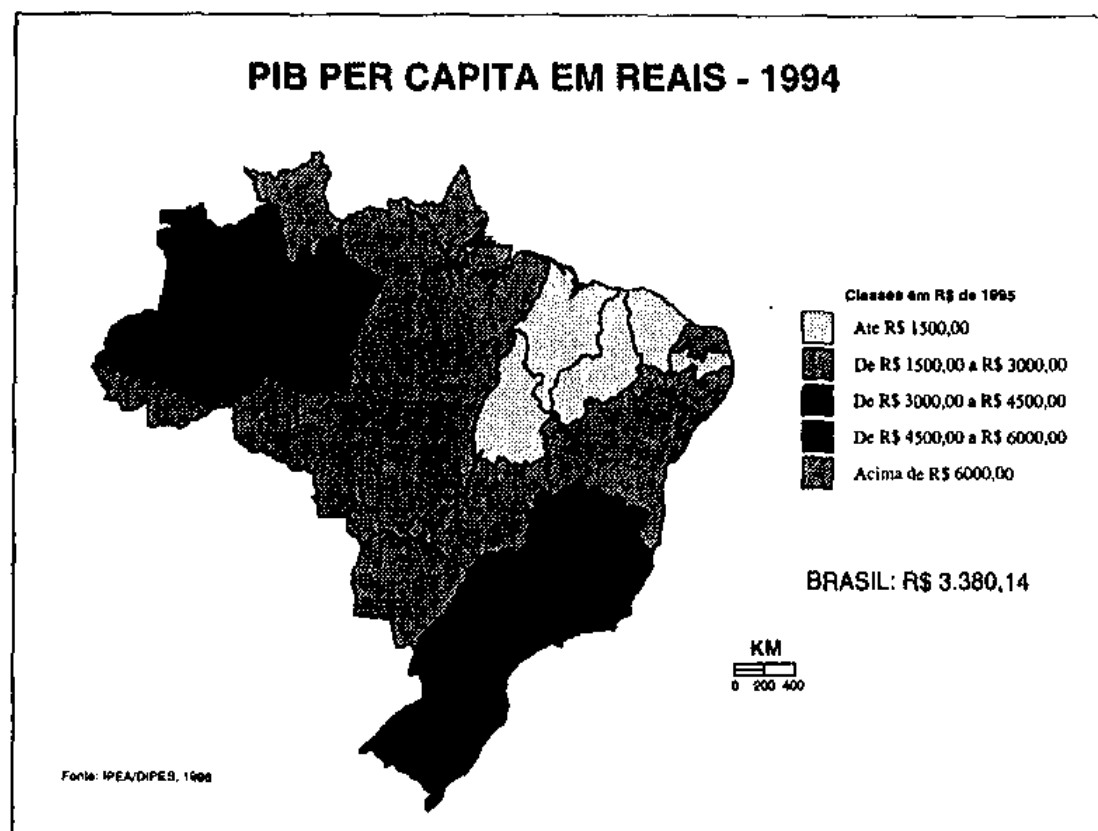
No tocante às atividades de serviços, apesar de serem aquelas onde se registra maior crescimento absoluto no período em estudo, pouco muda o perfil da sua distribuição relativa interregional. O quadro em 1995 assemelha-se bastante ao de 1987: variações praticamente nulas no Norte e Centro-Oeste, acompanhadas de um pequeno encolhimento da representação do Nordeste (-1%) e do Sul (-1,5%) *vis-à-vis* o aumento de participação do Sudeste, única Região a fortalecer sua posição nacionalmente, ampliando-a em 2%. O produto interno bruto do setor de serviços cresceu a uma taxa de 3,4% a.a., com destaque sobretudo para São Paulo e Rio de Janeiro, alguns estados da Região Norte e Brasília.

Líderes nesse processo, Rio de Janeiro e São Paulo concentram em 1995 metade do PIB nacional de serviços. Assim, temos uma trajetória regional de recuo relativo do Sudeste, no que tange a sua participação no produto interno bruto do setor industrial, ocorrendo o inverso no caso dos serviços. Portanto, a tendência à desconcentração produtiva evidenciada já na década de 70 a partir dos dados relativos ao PIB regional como um todo ou do PIB industrial não se confirma neste setor de atividade, justamente aquele que vem passando por uma grande diversificação e diferenciação, com expansão notadamente dos serviços produtivos de maior valor. Trata-se, assim, de uma clara contra-tendência à desconcentração, de um ponto de vista setorial.

Que rebatimentos temos, assim, sobre o PIB *per capita* no Brasil entre 1985 e 1994? Sua evolução traduz, evidentemente, a tendência à estagnação econômica identificada no período (TABELA A2.5).

Entre as regiões da Federação, a Centro-Oeste se destaca por ter apresentado uma taxa de crescimento do PIB *per capita* muito superior à média nacional. Tal desempenho pode ser atribuído ao grande incremento verificado no Mato Grosso e no Distrito Federal, que se colocaram à frente dos estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás. Por sua vez, como veremos, a grande distância que separa o PIB *per capita* do DF dos demais estados da Região levou a que o Centro-Oeste fosse a única Região a apresentar um quadro claramente divergente entre os PIBs *per capita*. Na Região Sul, o incremento de renda, embora positivo, é bem menor. No Sudeste e no Norte, assiste-se no período a uma ligeira redução do PIB *per capita* regional, enquanto no Nordeste houve quase estagnação, à imagem do País.

O MAPA retrata os cinco padrões de renda identificados nacionalmente para o ano de 1994.



Os estados da Região Centro-Sul, juntamente com o DF e o Amazonas, agregam os três padrões mais elevados de renda *per capita*, superior no

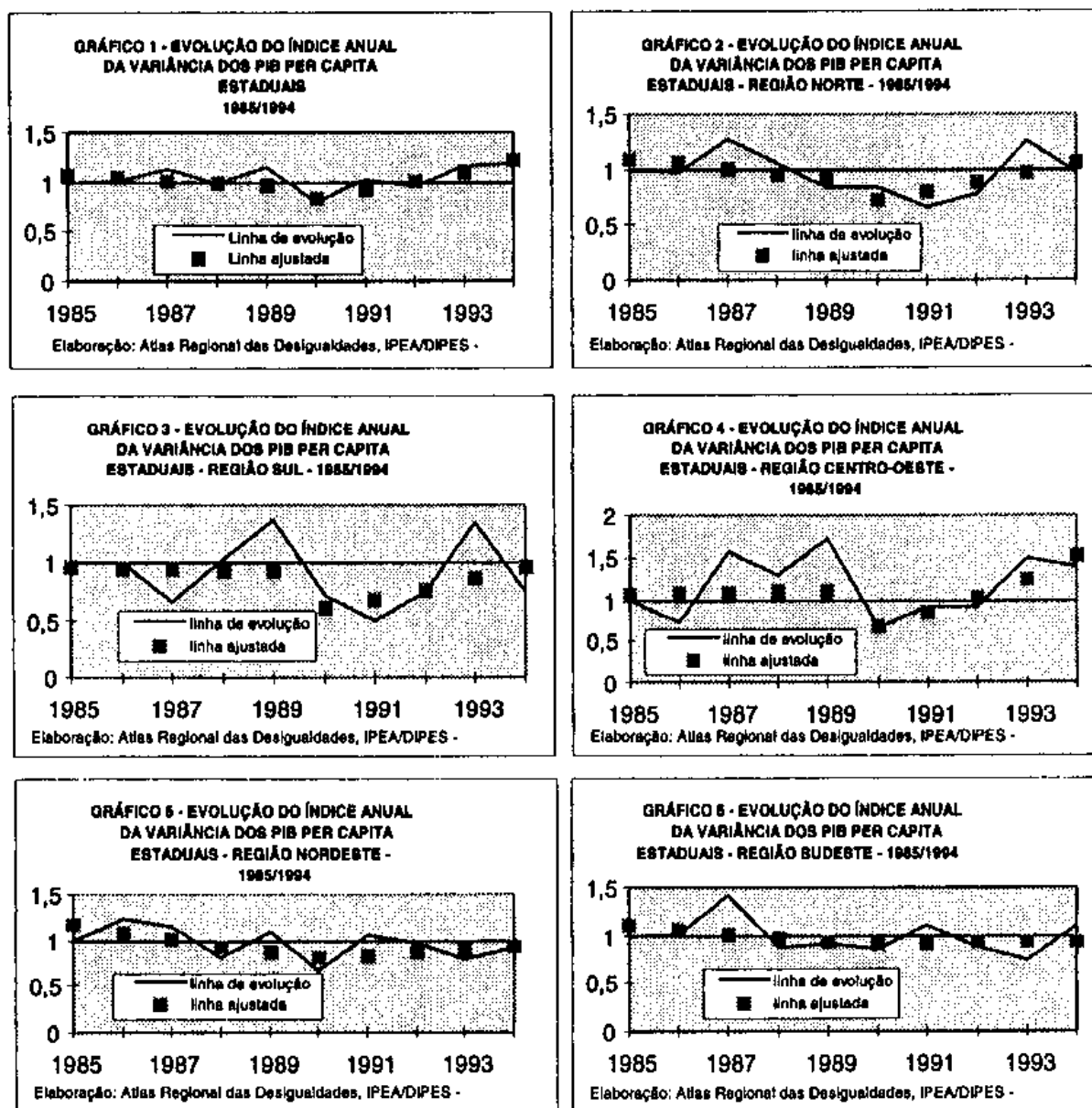
conjunto a R\$ 3.000,00/ano. O Nordeste meridional, as regiões Norte e Centro-Oeste, à exceção já referida do DF e do Amazonas, situam-se numa faixa entre R\$ 1.500,00 e R\$ 3.000,00. Por fim, Tocantins e os estados do Nordeste setentrional, *grosso modo*, apresentam o padrão de renda mais baixo do País, inferior a R\$ 1.500,00/ano.

O que inferir quanto à evolução da variância dos PIBs *per capita* estaduais? Teriam eles evolução semelhante à observada no caso da renda familiar *per capita* urbana? Isto é, apresentado uma tendência convergente?

O GRÁFICO 1, relativo à evolução do índice de variância ano a ano entre estados da Federação, revela claramente um aumento da dispersão das rendas dos estados brasileiros a partir de 1990. Pode-se observar que até 1989 a tendência de convergência, prevalecente desde a década de 70, como comprovado em vários trabalhos (FERREIRA, DINIZ, 1995; GOMES, VERGOLINO, 1995)^(2,3), mantém-se, mas num ritmo quase estacionário. A partir de 1990, a inflexão da curva ajustada no GRÁFICO 1 explicita mudança nítida na tendência, com a retomada de um comportamento divergente, notadamente a partir de 1992, quando os valores da taxa passam a situar-se acima de 1*. O aumento da dispersão estaria ocorrendo de forma mais intensa, rompendo com o padrão dominante anterior de convergência de rendas estaduais no Brasil, ampliando assim, tendencialmente, os desequilíbrios inter-regionais.

Ora, os mesmos exercícios feitos para as demais grandes regiões, de forma a captar a evolução da variância de rendas intra-regionalmente, mostraram que, tal como observado na seção anterior acerca da renda familiar *per capita* urbana, estaria havendo retomada tendencial da dispersão entre estados das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste (GRÁFICOS 2, 3 e 4). Na verdade, embora somente na Região Centro-Oeste possamos observar claramente tal movimento desde 1985 - com índices ajustados acima de 1 -, movimento esse reforçado pós-90, é possível detectar comportamento semelhante de 1990 em diante também nas regiões Norte e Sul, ainda que em ambas o índice encontre-se abaixo de 1. Logo, metodologias distintas indicam que de um ponto de vista intra-regional, estaria havendo coincidência na tendência de dispersão de rendas tanto dos indivíduos, quanto dos estados.

* A metodologia que explica a forma como medimos tal índice encontra-se em anexo.



É claro que os números dessas duas seções não são diretamente comparáveis, pois medem coisas diferentes, já que apoiados em duas metodologias, como afirmado anteriormente. No quadro do coeficiente de variação ponderado, estamos estimando a dispersão da renda familiar *per capita* nacional, ao passo que os índices de variância dos PIBs *per capita* medem a dispersão das rendas estaduais.

Como na seção anterior, Nordeste (GRÁFICO 5) e Sudeste (GRÁFICO 6) revelam (ao inverso das demais regiões brasileiras) uma dinâmica onde não se afirma a dispersão como tendência. Em ambos os casos observa-se um quadro estacionário de situação da convergência das rendas entre estados, com valores abaixo de 1. No caso do Sudeste, temos quase uma paralela abaixo da reta 1.

Portanto, podemos afirmar que, pelas Contas Nacionais, cujos agregados dão uma idéia mais precisa e abrangente da dinâmica econômica dos estados brasileiros - já que a renda familiar *per capita* reflete muito mais o que se passa pelo mercado de trabalho* -, a tendência secular de convergência interestadual de rendas estaria sendo substituída por outra, inversa, além de preocupante, que estaria jogando por terra décadas de esforços para atenuar o fosso dos desequilíbrios espaciais brasileiros. Esse fenômeno coincide com o movimento de abertura da economia brasileira, maior retração do Estado não apenas na área dos investimentos públicos, mas também e sobretudo da regulação econômica (políticas setoriais, por exemplo), reestruturação produtiva e crescente concorrência entre estados e regiões brasileiras por uma inserção mais favorável no processo de globalização dos mercados.

4 O QUE DIZEM AS CONTAS EXTERNAS

Considerando-se que o movimento de mundialização da economia e os mecanismos alavancadores do processo que o acompanham - desregulamentação, privatização, desproteção tarifária, entre outros - têm reflexos importantes na economia das regiões, parece-nos oportuno acompanhar o que vem acontecendo com as nossas contas externas. Para isso, vamos nos servir de indicadores relativos ao desempenho das nossas exportações, em nível de estados e regiões brasileiras, como uma *proxy* que nos permite qualificar a inserção brasileira, e de cada uma de suas unidades federativas, no contexto da globalização.

Todas as regiões brasileiras viram suas exportações aumentar (TABELA 8) no período analisado**, com especial ênfase para as regiões Centro-Oeste e Norte, cujo crescimento foi de quatro a seis vezes superior ao verificado nacionalmente. Isso explica o aumento da participação percentual dessas duas macrorregiões no conjunto das

* Estima-se que 85% das rendas captadas pelas PNADs sejam rendas do trabalho.

** Os anos de 1986 e 1987 devem ser considerados atípicos dentro do quadro evolutivo das exportações brasileiras no período analisado, destacando-se por apresentarem significativos declínios no nível das exportações de todas as regiões da Federação. Tal fato pode ser explicado pelo substancial incremento do poder de compra da população brasileira decorrente do Plano Cruzado em 1986, que deslocou parte considerável das vendas realizadas no mercado externo para o mercado doméstico.

TABELA 8
Taxa média anual de crescimento das exportações
brasileiras no período 1985-1995

| | Básicos | Semi-manuf. | Manufaturados | Total |
|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Norte | 9,62% | 23,59% | 5,13% | 12,70% |
| Rondônia | 1,55% | 1,63% | -2,57% | -0,24% |
| Acre | -14,36% | - | 2,77% | 0,0% |
| Amazonas | -2,99% | 19,50% | 7,44% | 7,26% |
| Roraima | - | 10,55% | - | 46,98% |
| Pará | 10,81% | 24,57% | 5,49% | 14,30% |
| Amapá | -0,66% | 37,36% | -2,93% | 2,88% |
| Nordeste | -1,05% | 8,28% | 2,40% | 3,01% |
| Maranhão | 24,95% | 19,99% | 11,23% | 18,88% |
| Piauí | -14,59% | 19,57% | 4,21% | 10,33% |
| Ceará | 0,46% | 6,45% | 6,59% | 2,73% |
| RNorte | 4,11% | 9,89% | 1,63% | 3,96% |
| Paraíba | -7,41% | 10,06% | 5,66% | 3,66% |
| Pernambuco | 5,10% | 35,74% | 2,50% | 5,55% |
| Alagoas | 5,45% | 15,72% | 8,34% | 6,71% |
| Sergipe | -27,46% | - | -3,87% | -4,42% |
| Bahia | -9,26% | 2,39% | 1,26% | -0,30% |
| Sudeste | 3,54% | 8,28% | 3,26% | 4,03% |
| Minas Gerais | 3,50% | 7,40% | 4,00% | 4,52% |
| Espírito Santo | 7,24% | 8,77% | 3,70% | 7,99% |
| Rio de Janeiro | 17,28% | 3,71% | -1,42% | -0,19% |
| São Paulo | 0,50% | 9,59% | 3,90% | 4,00% |
| Sul | 2,43% | 9,02% | 6,22% | 5,01% |
| Paraná | 2,26% | 10,64% | 5,10% | 4,44% |
| Santa Catarina | 2,66% | 24,73% | 9,86% | 7,37% |
| RSul | 2,48% | 6,55% | 5,13% | 4,38% |
| Centro-Oeste | 16,48% | 20,85% | 11,99% | 16,82% |
| Mato Grosso | 22,23% | 48,08% | 9,02% | 20,82% |
| Mato grosso Sul | 19,61% | 39,29% | 15,21% | 20,88% |
| Goiás | 8,76% | 10,96% | 21,57% | 10,39% |
| Distrito Federal | -5,72% | - | 2,37% | 6,49% |
| Brasil | 3,45% | 9,58% | 3,86% | 4,62% |

FONTE: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E DO TURISMO

ATLAS regional desigualdades⁽¹⁾.

OBS: Nos campos onde não constam valores, não foi possível calcular a taxa de crescimento pois em alguns anos não ocorreram exportações.

exportações brasileiras entre 1985 e 1995 (TABELA 9), passando respectivamente de 0,64% para 2,16% e de 2,35% para 5,32%. O Nordeste registrou o menor crescimento entre as regiões brasileiras (3% a.a.), o que contribuiu para uma ligeira perda de participação relativa no total Brasil (caindo de 11,01% em 1985 para 9,28% em 1995), como mostra a TABELA 9. Sua situação já foi mais desfavorável em 1992 e 1993, o que aponta uma trajetória de recuperação recente mais sustentada. Quanto às regiões Sudeste e Sul, suas exportações crescem em torno à média nacional. Isto dito, o Sudeste vem tendencialmente reduzindo sua participação relativa nas exportações brasileiras (-4% em dez anos), e o Sul conserva seu desempenho: ¼ do total. Ainda assim, ambas as regiões concentram, em 1995, 83% das exportações brasileiras (contra 74% do PIB, em 1994).

Alguns destaques merecem menção: o Rio de Janeiro, por exemplo, caracteriza-se pela estagnação do crescimento das exportações no período, muito embora o setor de básicos tenha apresentado grande expansão (sobretudo do óleo bruto de petróleo), fato que surpreende, uma vez que, tradicionalmente, este se inseria no mercado internacional a partir da venda de semi-manufaturados e manufaturados.

Em segundo lugar, a Bahia, que apresenta dinâmica exportadora muito semelhante à do Rio, no que se refere ao crescimento nulo das suas exportações. A distinção fica por conta de que, no caso baiano, os básicos experimentam queda considerável.

Ambos os estados registraram um recuo significativo da sua participação no conjunto das exportações brasileiras, na mesma proporção (de 7% em 1985, para 4% em 1995), como atesta a TABELA 9.

A composição da pauta de exportação brasileira observou, ao longo do período 1985-1995, transformações que apontam para o incremento da participação dos produtos de maior valor agregado, seguindo a tendência observada desde a década de 70. Dessa forma, as exportações de produtos básicos vão perdendo gradativamente participação relativa no conjunto das exportações nacionais, chegando em 1995 a representar 23,98%, contra 27,19% em 1985 (GRÁFICO 7), sendo sua taxa média de crescimento 3,45% a.a.

Já no ano de 1985, o Brasil caracterizava-se por ser um País exportador de bens manufaturados, que na ocasião representavam 60,65% do total das suas exportações. Porém, ao longo do período 1985-1995, observa-se tendência à redução da participação relativa desses bens no conjunto das exportações nacionais, que passam a representar, em 1995, 55,83% (3,86% a.a.). Assim, o crescimento das exportações nacionais, da ordem de 4,62% ao ano no mesmo período, foi alimentado sobretudo pelo aumento das exportações de produtos semi-manufaturados, que de 12,16% do total dessas no ano de 1985, subiram para 20,19% em 1995 (taxa média de crescimento da ordem de 9,58%a.a.).

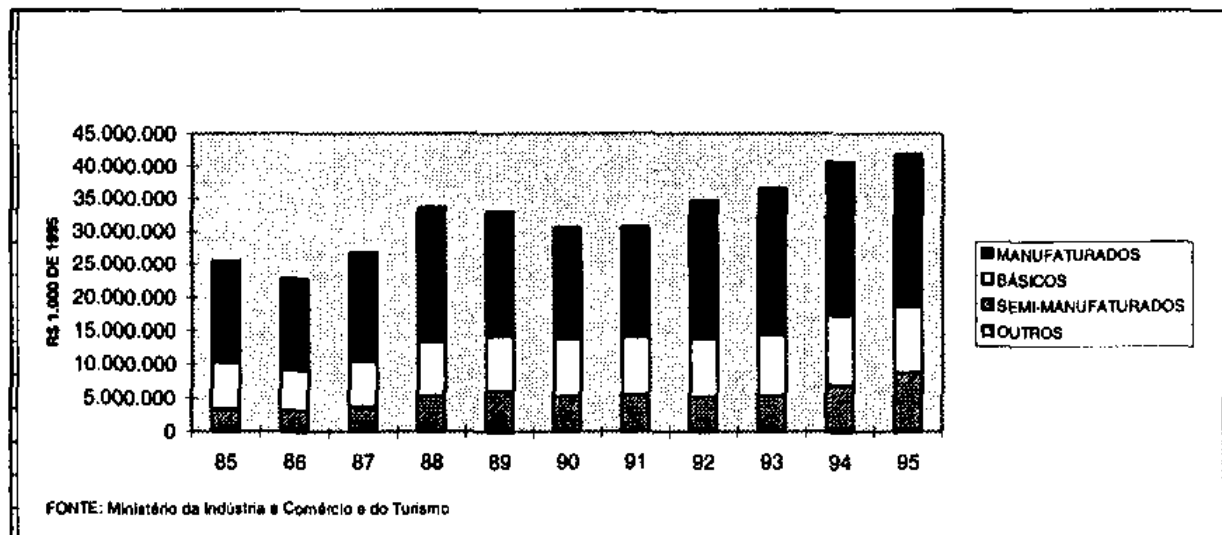


GRÁFICO 7 - Evolução das exportações brasileiras por categoria de produto

TABELA 9

Participação dos estados e regiões no total das exportações brasileiras
(continua)

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|--------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Norte | 2,35% | 4,15% | 5,04% | 4,97% | 4,94% |
| Rondônia | 0,14% | 0,10% | 0,13% | 0,10% | 0,04% |
| Acre | 0,00% | 0,00% | 0,01% | 0,02% | 0,01% |
| Amazonas | 0,23% | 0,21% | 0,19% | 0,23% | 0,39% |
| Roraima | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Pará | 1,80% | 3,68% | 4,55% | 4,46% | 4,36% |
| Amapá | 0,17% | 0,15% | 0,15% | 0,17% | 0,13% |
| Tocantins | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |

TABELA 9
Participação dos estados e regiões no total das exportações brasileiras

(continua)

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Nordeste | 11,01% | 10,12% | 9,53% | 9,31% | 8,93% |
| Maranhão | 0,36% | 0,81% | 0,93% | 1,44% | 1,42% |
| Piauí | 0,08% | 0,08% | 0,11% | 0,13% | 0,11% |
| Ceará | 0,94% | 0,99% | 0,96% | 0,84% | 0,68% |
| Rio G. do Norte | 0,19% | 0,14% | 0,20% | 0,19% | 0,22% |
| Paraíba | 0,21% | 0,24% | 0,16% | 0,17% | 0,21% |
| Pernambuco | 1,14% | 1,26% | 1,05% | 1,11% | 1,00% |
| Alagoas | 0,82% | 0,84% | 0,72% | 0,62% | 0,47% |
| Sergipe | 0,13% | 0,09% | 0,11% | 0,11% | 0,09% |
| Bahia | 7,13% | 5,67% | 5,30% | 4,70% | 4,72% |
| Sudeste | 62,06% | 62,88% | 61,59% | 62,20% | 61,87% |
| Minas Gerais | 12,96% | 12,58% | 11,52% | 13,02% | 14,61% |
| Espírito Santo | 4,24% | 4,91% | 4,68% | 4,60% | 5,26% |
| Rio de Janeiro | 7,56% | 6,39% | 5,67% | 5,33% | 4,67% |
| São Paulo | 37,30% | 38,99% | 39,73% | 39,25% | 37,33% |
| Sul | 23,95% | 22,21% | 23,07% | 21,93% | 22,09% |
| Paraná | 7,96% | 6,09% | 6,83% | 6,39% | 6,15% |
| Santa Catarina | 4,36% | 4,74% | 4,22% | 4,28% | 4,44% |
| Rio G. do Sul | 11,63% | 11,37% | 12,02% | 11,26% | 11,50% |
| Centro-Oeste | 0,64% | 0,64% | 0,77% | 1,59% | 2,18% |
| Mato Grosso | 0,19% | 0,20% | 0,37% | 0,53% | 0,57% |
| M. T. do Sul | 0,14% | 0,25% | 0,22% | 0,56% | 0,79% |
| Goiás | 0,30% | 0,19% | 0,17% | 0,50% | 0,80% |
| Distrito Federal | 0,01% | 0,01% | 0,01% | 0,00% | 0,02% |
| TOTAL BRASIL | 25.512.432 | 22.882.347 | 26.760.140 | 33.670.527 | 32.969.829 |

TABELA 9

Participação dos estados e regiões no total das exportações brasileiras

(continua)

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|--------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Norte | 5,79% | 5,62% | 5,15% | 5,33% | 4,87% | 5,32% |
| Rondônia | 0,03% | 0,06% | 0,05% | 0,08% | 0,09% | 0,08% |
| Acre | 0,01% | 0,01% | 0,01% | 0,01% | 0,01% | 0,01% |
| Amazonas | 0,58% | 0,34% | 0,42% | 0,38% | 0,31% | 0,30% |
| Roraima | 0,00% | 0,00% | 0,01% | 0,02% | 0,01% | 0,01% |
| Pará | 5,00% | 5,04% | 4,65% | 4,69% | 4,27% | 4,77% |
| Amapá | 0,18% | 0,17% | 0,03% | 0,15% | 0,17% | 0,14% |
| Tocantins | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,01% | 0,00% |

TABELA 9

Participação dos estados e regiões no total das exportações brasileiras
(conclusão)

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Nordeste | 9,78% | 9,15% | 8,57% | 7,94% | 8,21% | 9,28% |
| Maranhão | 1,43% | 1,52% | 1,21% | 1,22% | 1,35% | 1,47% |
| Piauí | 0,10% | 0,13% | 0,11% | 0,17% | 0,13% | 0,15% |
| Ceará | 0,74% | 0,86% | 0,86% | 0,72% | 0,78% | 0,77% |
| Rio G. do Norte | 0,29% | 0,26% | 0,21% | 0,21% | 0,20% | 0,17% |
| Paraíba | 0,17% | 0,18% | 0,17% | 0,18% | 0,20% | 0,19% |
| Pernambuco | 1,29% | 1,08% | 0,99% | 0,91% | 0,87% | 1,26% |
| Alagoas | 0,94% | 0,87% | 0,69% | 0,63% | 0,56% | 1,02% |
| Sergipe | 0,12% | 0,08% | 0,13% | 0,07% | 0,08% | 0,05% |
| Bahia | 4,69% | 4,16% | 4,21% | 3,82% | 4,03% | 4,20% |
| Sudeste | 60,76% | 62,26% | 61,05% | 58,66% | 58,67% | 58,29% |
| Minas Gerais | 14,85% | 15,49% | 13,65% | 13,19% | 13,34% | 12,83% |
| Espírito Santo | 4,57% | 5,42% | 4,68% | 4,61% | 5,39% | 6,02% |
| Rio de Janeiro | 4,70% | 5,63% | 5,34% | 5,56% | 5,40% | 4,50% |
| São Paulo | 36,65% | 35,72% | 37,38% | 35,30% | 34,53% | 34,94% |
| Sul | 21,84% | 21,14% | 23,26% | 25,98% | 25,63% | 24,95% |
| Paraná | 6,03% | 5,78% | 5,96% | 6,54% | 8,22% | 7,81% |
| Santa Catarina | 4,70% | 4,83% | 5,05% | 5,79% | 5,63% | 5,80% |
| Rio Gr. do Sul | 11,11% | 10,54% | 12,25% | 13,65% | 11,78% | 11,34% |
| Centro-Oeste | 1,82% | 1,84% | 1,97% | 2,09% | 2,62% | 2,16% |
| Mato Grosso | 0,82% | 0,72% | 0,88% | 0,87% | 1,09% | 0,93% |
| M. T. do Sul | 0,34% | 0,35% | 0,45% | 0,55% | 0,68% | 0,67% |
| Goiás | 0,65% | 0,76% | 0,61% | 0,66% | 0,83% | 0,54% |
| Distrito Federal | 0,01% | 0,01% | 0,03% | 0,01% | 0,02% | 0,01% |
| TOTAL BRASIL | 30.587.939 | 30.811.562 | 34.697.965 | 36.615.986 | 40.670.457 | 41.930.038 |

FONTE: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E DO TURISMO

ATLAS regional das desigualdades⁽¹⁾.

OBS: Valores expressos em mil Reais de 1995.

A tendência verificada, em nível nacional, de incremento das vendas externas de produtos de maior valor agregado, sobretudo semi-manufaturados, se confirma (TABELA 8) para todas as regiões brasileiras e estados, à exceção de três: Maranhão, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O primeiro e o terceiro, por se consolidarem enquanto importantes exportadores de minério bruto, e o segundo, pelas vendas de café em coco.

O Centro-Oeste e o Norte assinalaram as maiores taxas de crescimento dos semi-manufaturados, ainda que contribuindo muito pouco em valores absolutos com o montante exportado. A exceção à regra cabe ao Pará, que em 1995 registrou a quarta maior taxa de participação relativa no conjunto das

exportações de semi-manufaturados no Brasil*, 11,13% contra 2,72% dez anos antes (TABELA 18).

O grande incremento das exportações de produtos semimanufaturados destas duas regiões, deve-se ao aumento dos agroindustriais semiprocessados, sobretudo oriundos da cadeia grãos/carnes no caso do Centro-Oeste, que tem galvanizado grandes investimentos das empresas do Sul do Brasil nos últimos anos, e ao incremento das exportações de minério semiprocessado, originário da região de Carajás no Pará.

A Região Sul, por sua vez, apresentou taxa média de crescimento levemente inferior à média nacional, justificada sobretudo pelo baixo crescimento das exportações do estado do Rio Grande do Sul, principal economia da Região. Nos casos das regiões Sudeste e Nordeste, estas apresentaram taxas médias de crescimento anual cerca de um ponto percentual abaixo da média nacional, perdendo participação relativa no conjunto das exportações de bens semi-manufaturados. Tal desempenho para estas duas regiões foi em grande medida condicionado pelo pequeno crescimento das exportações dos estados do Rio de Janeiro, no caso do Sudeste, e da Bahia, no caso do Nordeste.

Assim, podemos indicar uma tendência à desconcentração das exportações de produtos semi-manufaturados do Centro-Sul brasileiro em direção às regiões "periféricas" - sobretudo Norte e, em menor escala, Centro-Oeste. O Nordeste, juntamente com o Sudeste e o Sul, verificou perda da participação relativa no conjunto das exportações desses produtos (TABELA 18)**.

Porém, não foi somente nos semi-manufaturados que Centro-Oeste e Norte se destacaram no período. Nos básicos, o Centro-Oeste despontou, ao registrar taxa média de crescimento quase cinco vezes superior à média nacional, sobretudo em função do crescimento das exportações de produtos de origem agrícola. Neste caso, os estados que mais se sobressaíram foram Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Quais as outras novidades no comportamento regional das exportações de básicos? No Norte, segunda maior taxa de crescimento das exporta-

* Do total das exportações nacionais de produtos semimanufaturados no ano de 1995, a Região Norte contribuiu com 11,83%, a Região Nordeste com 16,41, a Região Sudeste com 51,73, a Região Sul com 17,18% e a Região Centro-Oeste com 2,86%.

** No ano de 1985 as regiões Sudeste e Sul respondiam por 77,16% do total das exportações nacionais de produtos semi-manufaturados. Já no ano de 1995 estas passaram a responder por 68,91% de tais exportações.

ções de básicos entre as regiões brasileiras, destaca-se mais uma vez o Pará, cujo incremento das vendas externas foi mais do que suficiente para compensar o desempenho negativo verificado pela quase maioria dos estados da Região. Sozinho, o valor das suas exportações foi superior ao registrado pelo Nordeste ou Centro-Oeste, no ano de 1995. Como exportador de minério de ferro não aglomerado e produtos de origem vegetal (madeira), detém 9,35% das exportações brasileiras.

Já no Sudeste, cabe registrar o bom desempenho, ao longo da década, do estado de Minas Gerais, primeiro exportador brasileiro de produtos básicos (22% em 1995). O Espírito Santo também demonstra bom dinamismo nesse setor, pois sua participação relativa aumenta no País, em função de uma taxa média de crescimento ao ano duas vezes maior que a brasileira.

O Sul concentra um terço das exportações brasileiras de produtos primários em 1995, contra 38,29% em 1985, acusando também, no comércio externo, os efeitos negativos do abandono da política agrícola na década de 90.

Quanto ao Nordeste, a taxa de crescimento negativa que apresenta nas suas exportações de básicos decorre do mau desempenho dos estados da Bahia, Sergipe, Paraíba e Piauí, sobretudo do primeiro, que exporta quase 50% dos básicos da região, e cuja participação no total exportado nacionalmente declinou de 6,96% em 1985, para 1,65% em 1995.

Novamente, no caso dos básicos, verificamos uma tendência à desconcentração das exportações do eixo Centro-Sul em direção à parte da periferia (Norte e Centro-Oeste), embora em menor intensidade do que a verificada para os produtos semimanufaturados.

Grosso modo, podemos identificar ao longo da década aumento significativo da participação do Norte e Centro-Oeste nas exportações de peso secundário na pauta brasileira (básicos e semimanufaturados). Quanto à Região Nordeste, ela se contrapõe às duas outras por apresentar um desempenho negativo, com redução de sua participação relativa nas duas categorias de produtos onde cresce a importância das regiões periféricas.

No caso dos manufaturados (TABELA A2.7), ao contrário, não se verifica tendência à desconcentração das exportações em favor de uma maior participação das economias regionais periféricas. Em dez anos, Sul e Sudeste mantiveram-se à frente das exportações de manufaturados, concentrando

cerca de 90% delas. Opera-se, é verdade, uma redistribuição de pesos no interior dessas áreas mais desenvolvidas, por causa do péssimo desempenho registrado pelo estado do Rio de Janeiro (participação relativa caindo de 10,92% em 1985, para 6,15% em 1995) e pelos efeitos benéficos do Mercosul sobre as economias dos estados sulinos. O Sul tornou-se responsável, em 1995, por 24% das exportações de manufaturados, contra 18,74% em 1985.

Esse bom resultado está diretamente relacionado com o incremento das exportações de manufaturados oriundos das indústrias de vestuário, de calçados, alimentar e petroquímica, estimulado pela constituição do Mercosul, cujos efeitos deverão ser sentidos por mais alguns anos, até que o processo de exploração das complementaridades existentes entre os mercados integrantes esteja concluído.

A taxa de crescimento das exportações nordestinas de maufaturados (2,40%a.a.) ficou abaixo da nacional, tendo sua participação declinado, em termos nacionais, de 8,44% em 1985, para 7,22% em 1995.

Por fim, devemos tecer algumas considerações acerca do coeficiente de abertura* das economias regionais e estaduais brasileiras, por ser este indicador uma *proxy* do grau de integração dos mercados dentro do contexto de globalização da economia internacional, e que vem conferindo um novo perfil à divisão internacional do trabalho** .

Em princípio, verificamos que os coeficientes de abertura das economias do Norte, Sudeste e Sul se situam em patamares muito próximos entre si, como pode ser visto na TABELA 10. No caso da primeira (Norte) podemos, a partir do quadro evolutivo do coeficiente, nos seis anos para os quais dispomos de informações, indicar uma trajetória que aponta para o incremento da abertura regional, sobretudo em virtude do grande crescimento das importações realizadas pelo Amazonas e das exportações do Pará.

* O coeficiente de abertura aqui utilizado é calculado a partir do somatório das exportações com as importações, dividido pelo PIB.

** Tal coeficiente foi calculado somente para o período 1989-1994, o qual dispúnhamos dos dados necessários.

TABELA 10
Evolução do coeficiente de abertura da economia
brasileira no período 1985-1994⁽¹⁾

| | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Norte | 11,70% | 13,82% | 12,98% | 13,31% | 11,33% | 17,52% |
| Rondônia | 0,82% | 0,65% | 1,12% | 0,73% | 1,15% | 1,81% |
| Acre | 0,46% | 0,68% | 0,25% | 0,20% | 0,42% | 0,51% |
| Amazonas | 16,08% | 18,36% | 17,32% | 16,90% | 11,27% | 31,18% |
| Roraima | 0,11% | 0,27% | 0,24% | 1,25% | 1,66% | 1,63% |
| Pará | 13,88% | 17,16% | 16,31% | 17,79% | 16,42% | 16,89% |
| Amapá | 6,38% | 8,59% | 10,20% | 5,03% | 7,29% | 9,06% |
| Tocantins | | | | 0,04% | 0,02% | 0,36% |
| Nordeste | 5,91% | 6,99% | 6,30% | 6,34% | 4,95% | 7,69% |
| Maranhão | 9,89% | 10,32% | 13,00% | 11,04% | 8,64% | 11,80% |
| Piauí | 1,85% | 1,71% | 2,11% | 2,24% | 2,68% | 2,69% |
| Ceará | 4,25% | 4,47% | 4,78% | 5,86% | 3,35% | 8,48% |
| RNorte | 1,71% | 2,65% | 1,76% | 1,90% | 1,77% | 2,68% |
| Paraíba | 2,79% | 2,36% | 2,77% | 3,15% | 2,74% | 4,79% |
| Pernambuco | 3,89% | 5,34% | 4,73% | 4,61% | 3,88% | 6,35% |
| Alagoas | 5,48% | 8,92% | 9,10% | 7,64% | 6,74% | 8,53% |
| Sergipe | 1,06% | 1,65% | 1,16% | 1,59% | 1,16% | 2,81% |
| Bahia | 9,14% | 10,64% | 8,56% | 8,67% | 6,68% | 9,58% |
| Sudeste | 11,37% | 12,70% | 11,79% | 12,25% | 9,66% | 15,06% |
| Minas Gerais | 11,76% | 12,69% | 12,51% | 12,55% | 10,97% | 14,28% |
| Espírito Santo | 26,92% | 27,09% | 30,13% | 29,89% | 25,69% | 45,27% |
| Rio de Janeiro | 9,31% | 12,12% | 10,27% | 10,15% | 5,68% | 8,66% |
| São Paulo | 11,20% | 12,24% | 11,25% | 12,00% | 9,85% | 16,14% |
| Sul | 12,40% | 12,43% | 12,37% | 13,14% | 12,73% | 16,40% |
| Paraná | 9,24% | 9,77% | 9,17% | 9,53% | 9,23% | 13,84% |
| Santa Catarina | 12,44% | 11,95% | 12,76% | 13,61% | 13,62% | 17,32% |
| RSul | 14,85% | 14,73% | 14,93% | 16,05% | 15,37% | 18,30% |
| Centro-Oeste | 2,84% | 2,46% | 2,63% | 3,00% | 2,55% | 3,78% |
| Mato Grosso | 5,16% | 2,29% | 1,98% | 3,25% | 3,54% | 4,29% |
| Mato Grosso | 3,79% | 5,44% | 4,16% | 5,96% | 5,75% | 8,71% |
| Goiás | 3,64% | 2,76% | 2,84% | 2,96% | 2,60% | 4,15% |
| Distrito Federal | 0,63% | 0,82% | 1,93% | 1,33% | 0,44% | 1,12% |
| Total Brasil | 10,23% | 11,23% | 10,55% | 11,04% | 9,11% | 13,58% |

FONTE: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E DO TURISMO

OBS.: 1985-1993 - Dados definitivos ; 1994 - Dados preliminares.

ATLAS regional das desigualdades⁽¹⁾.

(1) Coeficiente de abertura = Exportações mais importações sobre PIB.

No Sudeste, destaca-se o Espírito Santo que, em 1994, possuía um coeficiente de abertura mais de três vezes superior ao nacional, alavancado tanto por suas exportações, quanto por suas importações. Tal comportamento pode estar revelando uma relativa primazia na condição dos estados exportadores que possuem infra-estrutura de transporte, indispensável ao comércio internacional, de observarem um coeficiente superior aos demais. Assim, com a intensificação do comércio internacional, decorrente do processo de abertura da economia nacional, pode-se esperar o crescimento da rede de serviços produtivos ligados àquela atividade, primordialmente nas regiões de escoamento, o que contribuiria para a expansão do PIB de serviços nos estados portuários. No entanto, o Rio de Janeiro, outro estado portuário da Região, apresentou no período desempenho inferior à média nacional, além de declínio de seu grau de abertura, movimento paralelamente correlacionado à retração muito forte do seu PIB industrial. Cabe notar aqui, também, os novos patamares que as importações de São Paulo atingiram após a abertura econômica, refletindo tendência à diminuição do conteúdo nacional dos produtos manufaturados paulistas.

O Sul, em 1994, possuía um coeficiente de abertura superior ao nacional, estimulado sobretudo pelo Rio Grande do Sul. Por sua vez, vale destacar a homogeneidade entre as trajetórias descritas pelo grau de abertura para os estados sulinos, além da tendência de crescimento à médio prazo do coeficiente, em razão do comércio com os países formadores do MERCOSUL, sobretudo das importações realizadas desta Região.

Abaixo da média nacional encontram-se o Centro-Oeste e o Nordeste. No primeiro caso, devemos destacar que para o Distrito Federal observa-se o menor coeficiente de abertura das economias estaduais brasileiras devido, evidentemente, à ausência de um parque produtivo na capital voltada quase exclusivamente para as atividades burocráticas (em 1994, a administração pública constituía 41% do PIB do DF) e do comércio, sendo que, em nível regional, vale destacar o crescimento, em patamares inferiores às demais regiões, de suas importações. Já para o Nordeste, que possui um coeficiente de abertura aproximadamente 50% inferior ao nacional, condicionado pelo fraco desempenho de suas exportações, o estado do Maranhão destaca-se dos demais por situar-se muito próximo à média brasileira.

Em resumo, podemos apontar quatro movimentos dentro do quadro evolutivo das contas externas brasileiras. Primeiramente, a evolução da pauta de exportação brasileira reflete tendência à continuidade do processo de in-

cremento da participação relativa dos bens de maior valor agregado no conjunto das exportações nacionais, mas com ênfase dos semi-manufaturados.

Um segundo movimento aponta no sentido da desconcentração das exportações nacionais das regiões tradicionalmente exportadoras (Centro-Sul), na categoria de básicos e semi-manufaturados, o que decorre de mudanças significativas nas pautas de exportação de duas regiões periféricas -Norte e Centro-Oeste.

Um outro movimento a detectar-se diz respeito ao estabelecimento de um padrão regionalizado das contas externas brasileiras, onde as regiões Norte e Centro-Oeste inserem-se com participação crescente das exportações de semimanufaturados oriundos das indústrias de primeiro processamento, geralmente ligadas ao complexo grãos/carnes e mineral.

O Sul, por sua vez, é beneficiado pela integração econômica com os países do Cone Sul, o que tem levado ao incremento das suas exportações de manufaturados. O Sudeste perde participação relativa em todas as categorias de produtos, embora mantenha primazia inquestionável nas exportações brasileiras.

Por seu turno, o Nordeste verifica um acelerado processo de perda de participação no conjunto das atividades exportadoras, apresentando em seu conjunto um quadro de profunda estagnação dos indicadores econômicos e de uma baixa inserção dentro do novo contexto do comércio internacional.

Por fim, quanto à trajetória do coeficiente de abertura, esta aponta para um incremento em praticamente todas as regiões brasileiras, com especial destaque para o Norte e o Centro-Oeste, carreado sobretudo pelo grande incremento das importações pós-abertura econômica, o que deverá prevalecer a médio prazo.

5 OBSERVAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que a década de 90 sinaliza mudanças importantes no que diz respeito à reprodução das disparidades inter-regionais. Em primeiro lugar, observa-se um comportamento diferenciado da evolução da renda intra-regional: as regiões Norte, Sul e Centro-Oeste apontam para uma tendência de recrudescimento interno das desigualdades, seja no tocante à renda familiar, seja no PIB *per capita*. Já o Nordeste e o Sudeste parecem preservar

uma dinâmica mais equilibrada na evolução recente das rendas dos seus estados, mantendo uma certa convergência. Não há, portanto, um padrão homogêneo que possa ser atribuído, por exemplo, ao subconjunto das chamadas regiões periféricas (NO,NE,CO), nem tampouco ao Centro-Sul.

Isso é igualmente verdade do ponto de vista do crescimento econômico. Como vimos, nas seções 2 e 3, dentre as regiões tradicionalmente menos desenvolvidas, o Centro-Oeste destaca-se por ter apresentado na última década as mais altas taxas de crescimento do seu produto interno bruto, embora sua participação relativa em termos nacionais seja ainda reduzida. Nas décadas de 60 e 70, quando a periferia crescia mais rapidamente que o centro, em meio à integração do mercado doméstico, o Nordeste liderava tal processo, ampliando suas complementaridades com o núcleo mais desenvolvido da economia brasileira. Agora, sob a égide da globalização, o que se vê é maior heterogeneidade no comportamento das áreas periféricas, com melhor desempenho para aquelas que vêm-se posicionando mais favoravelmente no mercado internacional. A periferia já não é mais a mesma. Ela não é uniforme, embora permaneçam grandes os diferenciais de desenvolvimento econômico e social entre as regiões e entre os estados brasileiros.

O Nordeste, por exemplo, mostrou um quadro de grande estagnação na última década, com a ressalva de ter-se beneficiado dos efeitos de escala do plano de estabilização econômica. Não por acaso, a proporção de pobres que entre 1990 e 1993 praticamente não variou no Nordeste, situando-se em torno a 44% nas áreas urbanas e 49% nas áreas rurais, cai em 1995 para 30% e 31% respectivamente*. Seu PIB pouco cresceu entre 1985 e 1994. Se confrontarmos sua *performance* com a das demais regiões brasileiras, com base em indicadores de abertura econômica e participação no comércio externo, são débeis os sinais de uma reação à altura dos desafios que se colocam para a reversão de um quadro tão desfavorável.

Houve, é verdade, redistribuição da participação relativa de estados e regiões na produção da riqueza nacional, com a constante perda de representação do Sudeste. Mas isso é muito pouco diante da tendência de aumento da dispersão das rendas estaduais, evidenciada pelo estudo da evolução do PIB *per capita* dos estados. Isso é sinônimo de ampliação das desigualdades. A idéia de que estaria havendo um reequilíbrio positivo ou mesmo negativo entre rendas inter-regionais - verificada entre indivíduos, mas não entre estados - parece ameaçada pela forma como vêm-se dando as condições de crescer e retomar o desenvolvimento. Por isso, mais do que nunca, tornam-se

* Dados gentilmente fornecidos por Sonia Rocha.

indispensáveis políticas regionais que possam galvanizar potencialidades e corrigir os desequilíbrios que tenderão a acentuar-se. Infelizmente, não se vislumbra no cenário atual do País vontade para atacar de frente um problema cuja premência na busca por soluções a realidade não se cansa de evidenciar.

6 ANEXO 1

6.1 METODOLOGIA QUANTITATIVA

Ao longo do texto principal alguns indicadores estatísticos foram calculados para permitir uma interpretação dos dados, principalmente no que tange às análises referentes à renda familiar *per capita*. Para tanto, quatro procedimentos serão explicados:

- coeficiente de variação ponderado;
- ajuste de curva exponencial;
- renda média ponderada dos quatro maiores e menores estados;
- evolução do índice da variância.

6.1.1 Coeficiente de Variação Ponderado

O coeficiente de variação é um indicador relativo (adimensional) da variabilidade ou dispersão de um conjunto de dados. Por essas características, este indicador permite uma avaliação comparativa, tanto em nível horizontal, quanto vertical da dispersão.

O tipo de ponderação utilizada decorre da fonte de origem dos dados (PNADs/IBGE) e do tipo de análise desejada. As rendas familiares *per capita* calculadas para cada estado brasileiro baseiam-se em amostras de tamanhos diferentes e, portanto, ao estudarmos esse indicador nas macrorregiões, a variância de cada estado recebe como peso o tamanho de sua respectiva amostra, proporcionando um resultado mais fiel aos diferenciais de renda intra-regionais entre as famílias. As fórmulas seguintes foram utilizadas para o seu cálculo.

6.1.1.1 Coeficiente de Variação Ponderado da Renda Familiar *per capita* Macrorregional:

$$CV_j = \frac{\sum_{i=1}^{n_j} (X_{ij} - \bar{X}_{\bullet j})^2 \cdot p_{ij}}{\frac{\sum_{i=1}^{n_j} p_{ij}}{\bar{X}_{\bullet j}^2}} \cdot 100$$

onde:

p_{ij} = o n° de pessoas das famílias informantes das rendas do estado "i" da região "j";

n_j = o n° de estados na região "j";

X_{ij} = o valor da renda familiar *per capita* do estado "i" da região "j";

$\bar{X}_{\bullet j}$ = o valor da renda média familiar *per capita* ponderada da região "j",

onde:

$$\bar{X}_{\bullet j} = \frac{\sum_{i=1}^{n_j} X_{ij} \cdot p_{ij}}{\sum_{i=1}^{n_j} p_{ij}}$$

6.1.1.2 Coeficiente de variação da renda familiar *per capita* brasileira:

$$CV = \frac{\sum_{j=1}^{n_k} \sum_{i=1}^{n_j} (X_{ij} - \bar{X}_{\bullet j})^2 \cdot p_{ij}}{\frac{\sum_{j=1}^{n_k} \sum_{i=1}^{n_j} p_{ij}}{\bar{X}_{\bullet\bullet}^2}} \cdot 100$$

onde:

n_k = o n° de macrorregiões;

$\bar{X}_{..}$ = o valor da renda média familiar *per capita* ponderada do Brasil, onde:

$$\bar{X}_{..} = \frac{\sum_{j=1}^{n_k} \sum_{i=1}^{n_j} X_{ij} \cdot P_{ij}}{\sum_{j=1}^{n_k} \sum_{i=1}^{n_j} P_{ij}}$$

Esses indicadores são calculados para cada ano em estudo, levando-se em conta os resultados das áreas urbanas provenientes da PNAD.

6.1.2 Ajuste de Curva Exponencial

Quanto aos valores ajustados observados na TABELA 3 do texto principal devemos destacar que eles são relevantes para o cálculo da taxa de variação ano a ano (a.a.), pois consideram no seu cálculo todas as variações observadas no período, diferentemente da variação observada somente nos anos de ponta (1987 e 1995).

Esses valores ajustados baseiam-se no ajuste de curva exponencial. A função exponencial desejada tem a seguinte expressão:

$$Y = b \cdot m^X$$

onde:

Y = o valor a ser ajustado (no nosso caso, é o valor da renda familiar *per capita*);

X = o ano do ajuste.

Logo, estamos supondo que as rendas possuem uma dependência temporal, o que permite a interpretação de indicativos da tendência ao longo do tempo dessas rendas, no período analisado. Os valores de "b" e "m" foram estimados pela função "crescimento" do Excel.

O cálculo da taxa de crescimento da curva exponencial ajustada do PIB (TABELA 7) é dado pela expressão: $(m-1) \cdot 100\%$.

6.1.3 Renda Média Ponderada dos Quatro Maiores e Menores Estados

A escolha da análise das médias ponderadas das quatro maiores e menores rendas familiares *per capita* estaduais em separado decorre da intenção de se entender melhor como se dá o processo de convergência ou não das rendas, já que o coeficiente de variação, assim como a própria variância são medidas bastante sensíveis aos valores extremos (maiores ou menores) de um conjunto de dados. A expressão dessa média é igual àquela utilizada para as médias ponderadas regionais, considerando-se os quatro maiores ou menores como se fossem uma região.

Os quatro maiores estados, quanto a renda familiar *per capita*, são (em 1995): Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Roraima. Enquanto os quatro menores: Maranhão Piauí, Sergipe e Paraíba.

6.1.4 Evolução do Índice da Variância

Para analisarmos a convergência de rendas entre estados e regiões com base nos PIBs *per capita*, optamos pelo cálculo do índice de evolução anual da variância simples. Este índice inicia-se com o valor 1 no primeiro ano da série, e nos anos seguintes constitui-se da razão entre a variância atual e a do ano anterior, podendo ser expresso da seguinte forma:

$$IV = 1 + \rho$$

onde:

ρ = a taxa de crescimento anual do PIB.

Para perceber a tendência deste índice, ajustou-se à série uma curva exponencial. Identificamos, assim, dois períodos distintos nas séries: o primeiro, contemplando os anos entre 1985 e 1990; o segundo, os anos entre 1990 e 1994. Quando este índice é superior a 1, significa que houve um aumento na variância e, portanto, dispersão das rendas; quando este valor é inferior a 1, houve uma convergência de rendas.

7 ANEXO 2

TABELA 11
PIB regional em valores constantes de 1995

(continua)

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|-----------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Brasil | 445.641.432.244 | 474.496.783.403 | 501.027.957.693 | 487.083.641.449 | 500.246.661.779 |
| Norte | 19.424.221.405 | 21.454.130.386 | 23.320.227.773 | 23.398.784.002 | 25.297.658.637 |
| Rondônia | 2.201.932.849 | 2.148.852.888 | 2.331.215.808 | 2.331.720.445 | 2.529.003.391 |
| Acre | 661.112.492 | 692.065.055 | 737.322.011 | 796.775.734 | 978.788.400 |
| Amazonas | 6.416.336.555 | 6.852.252.670 | 7.471.913.281 | 7.707.185.637 | 7.778.221.308 |
| Roraima | 308.491.577 | 406.228.547 | 444.171.193 | 546.957.362 | 584.926.642 |
| Pará | 8.614.438.299 | 9.900.438.640 | 10.748.091.563 | 10.428.612.358 | 11.727.274.229 |
| Amapá | 553.924.937 | 666.528.709 | 826.722.486 | 866.425.214 | 885.251.797 |
| Tocantins | 667.984.696 | 787.763.877 | 760.791.430 | 721.107.252 | 814.192.869 |
| Nordeste | 62.056.363.491 | 67.265.976.292 | 70.617.247.388 | 68.684.533.474 | 71.477.204.333 |
| Maranhão | 4.451.801.598 | 5.384.054.067 | 5.540.503.081 | 5.671.039.028 | 5.751.900.166 |
| Piauí | 1.914.664.845 | 2.208.572.711 | 2.212.573.454 | 2.223.264.068 | 2.223.031.215 |
| Ceará | 7.407.738.273 | 8.083.405.139 | 8.287.157.669 | 8.040.285.885 | 8.194.971.726 |
| RNorte | 3.943.564.166 | 4.427.967.563 | 5.237.488.551 | 5.139.599.955 | 5.392.234.070 |
| Paraíba | 3.143.840.122 | 3.462.913.380 | 3.786.732.253 | 3.406.812.957 | 3.629.628.880 |
| Pernambuco | 11.106.965.268 | 11.666.155.357 | 12.716.595.697 | 12.377.889.196 | 13.484.047.002 |
| Alagoas | 3.301.139.934 | 3.192.218.939 | 3.714.125.506 | 3.330.118.702 | 3.665.828.808 |
| Sergipe | 3.112.542.966 | 3.729.788.624 | 4.032.177.888 | 3.625.540.163 | 3.882.407.924 |
| Bahia | 23.674.106.319 | 25.110.900.514 | 25.089.893.289 | 24.869.983.520 | 25.253.154.543 |

TABELA 11
PIB regional em valores constantes de 1995

(continua)

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|---------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Brasil | 445.641.432.244 | 474.496.783.403 | 501.027.957.693 | 487.083.641.449 | 500.246.661.779 |
| Sudeste | 263.242.630.809 | 278.222.221.536 | 295.456.543.315 | 287.767.845.318 | 293.964.327.016 |
| Minas Gerais | 43.633.574.748 | 45.487.330.044 | 47.105.143.928 | 46.044.115.836 | 47.402.027.936 |
| Espírito Santo | 7.604.463.089 | 8.434.795.521 | 7.617.002.478 | 7.839.533.443 | 8.381.579.119 |
| Rio de Janeiro | 52.156.825.230 | 56.836.003.333 | 61.005.165.936 | 55.650.216.617 | 57.501.871.436 |
| São Paulo | 159.847.767.743 | 167.464.092.638 | 179.729.230.973 | 178.233.979.423 | 180.678.848.525 |
| Sul | 77.376.639.921 | 81.019.936.843 | 82.621.775.079 | 77.044.721.367 | 77.944.104.102 |
| Paraná | 27.628.084.558 | 28.671.536.643 | 29.813.436.852 | 27.283.346.064 | 27.116.904.192 |
| Santa Catarina | 15.165.837.851 | 16.474.558.737 | 16.430.894.538 | 15.824.573.052 | 15.959.552.723 |
| RSul | 34.582.717.511 | 35.873.841.463 | 36.377.443.690 | 33.936.802.252 | 34.867.647.187 |
| Centro-Oeste | 23.541.576.618 | 26.534.518.346 | 29.012.164.138 | 30.187.757.288 | 31.563.367.691 |
| Mato Grosso | 3.388.168.789 | 4.407.079.429 | 4.573.247.419 | 4.982.528.363 | 5.223.425.162 |
| Mato Grosso do Sul | 4.353.663.398 | 5.061.469.583 | 5.388.663.651 | 5.525.892.599 | 5.366.228.103 |
| Goiás | 8.504.627.833 | 9.587.875.071 | 10.332.512.567 | 10.112.601.473 | 9.642.198.988 |
| Distrito Federal | 7.295.116.598 | 7.478.094.263 | 8.717.740.501 | 9.566.734.852 | 11.331.515.439 |

TABELA 11
PIB regional em valores constantes de 1995

(continua)

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|-----------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Brasil | 455.311.510.309 | 489.859.056.993 | 485.890.713.888 | 501.731.095.646 | 519.613.853.823 |
| Norte | 22.854.802.154 | 23.958.691.916 | 22.494.310.214 | 24.013.199.768 | 25.068.420.444 |
| Rondônia | 2.492.823.953 | 2.875.682.971 | 2.606.486.610 | 2.594.350.318 | 2.551.779.584 |
| Acre | 899.280.340 | 971.491.052 | 1.012.932.344 | 955.567.306 | 1.057.793.198 |
| Amazonas | 7.280.294.261 | 6.836.896.806 | 6.445.268.518 | 7.123.659.580 | 7.219.215.139 |
| Roraima | 557.179.428 | 513.289.638 | 490.866.047 | 551.950.193 | 557.219.356 |
| Pará | 10.075.698.421 | 11.100.143.409 | 10.348.578.023 | 11.061.382.737 | 11.846.457.669 |
| Amapá | 811.435.125 | 773.289.720 | 693.818.150 | 805.899.759 | 852.319.287 |
| Tocantins | 738.090.626 | 887.898.320 | 896.360.523 | 920.389.875 | 983.636.212 |
| Nordeste | 63.832.660.661 | 69.326.435.125 | 67.560.319.011 | 71.856.399.831 | 72.593.472.016 |
| Maranhão | 5.207.550.143 | 5.293.594.190 | 5.088.963.739 | 5.637.954.006 | 6.000.351.250 |
| Piauí | 2.241.203.953 | 2.203.373.287 | 1.985.858.053 | 2.413.363.168 | 2.474.316.664 |
| Ceará | 7.601.019.984 | 8.954.028.020 | 8.999.180.282 | 9.335.436.092 | 9.404.031.291 |
| RNorte | 4.122.417.192 | 4.865.125.086 | 4.327.602.252 | 4.673.775.236 | 5.012.538.549 |
| Paraíba | 3.623.226.591 | 3.923.192.640 | 3.736.421.574 | 3.966.062.905 | 4.038.502.788 |
| Pernambuco | 11.590.852.856 | 13.442.391.123 | 12.756.658.795 | 13.234.454.562 | 13.014.355.298 |
| Alagoas | 3.883.916.273 | 3.859.053.235 | 3.827.335.546 | 3.868.424.494 | 3.998.290.859 |
| Sergipe | 3.693.127.355 | 3.676.255.121 | 3.675.968.218 | 3.473.272.827 | 3.404.371.638 |
| Bahia | 21.869.346.315 | 23.109.422.425 | 23.162.330.552 | 25.253.656.540 | 25.246.713.679 |

TABELA 11
PIB regional em valores constantes de 1995

| | (conclusão) | | | | |
|---------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
| Brasil | 445.641.432.244 | 474.496.783.403 | 501.027.957.693 | 487.083.641.449 | 500.246.661.779 |
| Sudeste | 266.370.774.687 | 289.154.185.694 | 284.491.987.095 | 284.174.108.604 | 293.968.169.789 |
| Minas Gerais | 42.533.544.709 | 46.294.215.320 | 46.998.315.690 | 49.461.059.320 | 50.951.347.768 |
| Espírito Santo | 7.327.420.875 | 8.025.994.338 | 7.997.588.531 | 8.484.470.384 | 8.659.834.283 |
| Rio de Janeiro | 51.003.044.394 | 55.302.402.594 | 52.946.227.362 | 58.129.416.610 | 63.684.671.813 |
| São Paulo | 165.506.764.709 | 179.531.573.441 | 176.549.855.512 | 168.099.162.290 | 170.672.315.926 |
| Sul | 72.163.513.082 | 74.773.820.458 | 80.451.531.083 | 86.878.130.755 | 91.199.780.164 |
| Paraná | 25.248.365.950 | 27.708.888.735 | 29.996.991.663 | 32.470.958.380 | 35.012.427.952 |
| Santa Catarina | 14.744.896.540 | 14.503.476.874 | 15.786.700.441 | 16.944.524.906 | 17.882.111.934 |
| RSul | 32.170.250.593 | 32.561.454.850 | 34.667.838.980 | 37.462.647.469 | 38.305.240.279 |
| Centro-Oeste | 30.089.759.725 | 32.645.923.800 | 30.892.566.485 | 34.809.256.688 | 36.784.011.409 |
| Mato Grosso | 4.844.436.454 | 5.663.192.166 | 5.265.207.957 | 5.704.952.420 | 5.614.119.141 |
| Mato Grosso do Sul | 5.274.748.280 | 5.730.935.185 | 5.573.402.009 | 6.119.653.469 | 6.444.106.604 |
| Goiás | 9.885.928.024 | 10.838.747.186 | 10.039.431.797 | 11.165.076.002 | 11.405.079.591 |
| Distrito Federal | 10.084.646.967 | 10.413.049.262 | 10.014.524.721 | 11.819.574.798 | 13.320.706.074 |

FONTE: GAC/IPEA/DIPES (1996) e IBGE

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES - IBGE

Nota: Os valores, deflacionados pelo deflator implícito do PIB, estão expressos em R\$ de 1995

TABELA 12
 Agropecuária - PIB regional em valores constantes de 1995

(continua)

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Brasil | 56.215.168.663 | 57.360.295.887 | 54.198.023.001 | 55.469.380.396 | 48.974.415.841 |
| Norte | 3.639.625.505 | 4.349.609.230 | 4.433.538.059 | 4.362.586.408 | 4.652.891.142 |
| Rondônia | 405.930.802 | 219.693.967 | 295.642.820 | 299.685.923 | 240.944.671 |
| Acre | 154.739.142 | 225.171.362 | 219.884.415 | 182.058.740 | 225.129.221 |
| Amazonas | 697.445.253 | 747.097.919 | 820.184.386 | 895.951.867 | 692.348.318 |
| Roraima | 52.227.887 | 67.552.992 | 72.041.239 | 112.924.190 | 72.861.019 |
| Pará | 1.870.212.475 | 2.504.279.628 | 2.496.426.651 | ‡2.368.015.402 | 2.866.796.505 |
| Amapá | 59.388.417 | 103.743.407 | 73.403.175 | 95.482.660 | 69.014.908 |
| Tocantins | 399.681.530 | 482.069.955 | 455.955.372 | 408.467.627 | 485.796.501 |
| Nordeste | 11.583.594.048 | 12.491.523.994 | 11.531.195.222 | 13.400.117.444 | 13.707.315.147 |
| Maranhão | 1.184.374.842 | 1.706.848.516 | 1.242.213.400 | 1.636.739.437 | 1.479.110.947 |
| Piauí | 453.698.420 | 510.633.590 | 388.195.160 | 481.643.560 | 365.291.509 |
| Ceará | 1.350.002.387 | 1.566.766.748 | 1.304.771.941 | 1.474.062.444 | 1.137.198.545 |
| RNorte | 492.818.877 | 577.976.386 | 653.803.195 | 725.185.503 | 1.142.177.877 |
| Paraíba | 731.886.663 | 767.021.431 | 890.979.997 | 801.271.478 | 882.170.061 |
| Pernambuco | 1.545.507.146 | 1.537.008.682 | 1.766.522.761 | 1.966.724.033 | 2.337.826.718 |
| Alagoas | 888.063.107 | 706.751.641 | 993.008.618 | 728.595.417 | 789.425.147 |
| Sergipe | 376.738.915 | 406.301.127 | 374.387.070 | 379.064.099 | 295.561.167 |
| Bahia | 4.560.503.691 | 4.712.215.872 | 3.917.313.079 | 5.206.831.473 | 5.278.553.175 |

TABELA 12
Agropecuária - PIB regional em valores constantes de 1995

(continua)

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|---------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Brasil | 56.215.168.663 | 57.360.295.887 | 54.198.023.001 | 55.469.380.396 | 48.974.415.841 |
| Sudeste | 21.538.640.116 | 20.148.026.053 | 19.340.230.754 | 20.793.216.044 | 17.525.947.380 |
| Minas Gerais | 9.539.978.587 | 9.417.652.734 | 8.669.191.555 | 8.320.109.295 | 6.232.320.967 |
| Espírito Santo | 1.621.097.127 | 2.164.728.513 | 1.052.530.898 | 1.352.821.830 | 1.308.253.776 |
| Rio de Janeiro | 1.008.684.297 | 1.037.573.564 | 1.006.976.735 | 1.112.743.086 | 1.223.790.160 |
| São Paulo | 9.368.880.104 | 7.528.071.242 | 8.611.531.566 | 10.007.541.833 | 8.761.582.477 |
| Sul | 15.236.900.472 | 15.482.848.529 | 14.324.948.666 | 12.453.696.103 | 9.841.006.543 |
| Paraná | 6.667.737.011 | 6.434.522.541 | 6.221.421.345 | 5.080.334.085 | 3.755.978.447 |
| Santa Catarina | 2.441.825.046 | 2.926.268.682 | 2.147.744.227 | 2.199.236.737 | 1.714.230.981 |
| RSul | 6.127.338.416 | 6.122.057.306 | 5.955.783.095 | 5.174.125.281 | 4.370.797.115 |
| Centro-Oeste | 4.216.408.523 | 4.888.288.081 | 4.568.110.300 | 4.459.764.398 | 3.247.255.628 |
| Mato Grosso | 652.465.632 | 830.408.392 | 782.824.329 | 887.898.966 | 674.937.161 |
| Mato Grosso do Sul | 1.543.052.397 | 1.793.329.724 | 1.731.509.781 | 1.569.147.794 | 1.195.525.888 |
| Goiás | 1.983.550.755 | 2.218.745.731 | 2.017.867.634 | 1.951.643.828 | 1.347.174.384 |
| Distrito Federal | 37.339.738 | 45.804.235 | 35.908.556 | 51.073.809 | 29.618.196 |

TABELA 12
Agropecuária - PIB regional em valores constantes de 1995

(continua)

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Brasil | 52.634.665.321 | 56.103.349.719 | 59.003.907.507 | 62.615.703.209 | 74.145.059.109 |
| Norte | 4.458.401.107 | 4.510.373.374 | 4.369.308.936 | 5.102.617.696 | 6.042.156.700 |
| Rondônia | 253.282.815 | 379.015.076 | 345.409.586 | 331.230.181 | 392.219.205 |
| Acre | 181.136.782 | 209.160.749 | 222.787.973 | 239.791.193 | 283.943.664 |
| Amazonas | 979.841.115 | 520.076.527 | 648.279.222 | 870.535.412 | 1.030.826.075 |
| Roraima | 47.805.882 | 68.271.879 | 55.618.400 | 81.384.527 | 96.369.765 |
| Pará | 2.458.184.696 | 2.727.426.726 | 2.488.509.546 | 2.937.924.523 | 3.478.881.116 |
| Amapá | 61.336.851 | 64.051.526 | 60.860.182 | 86.159.230 | 102.023.628 |
| Tocantins | 476.812.966 | 542.370.891 | 547.844.028 | 555.592.629 | 657.893.247 |
| Nordeste | 10.893.011.407 | 12.545.948.492 | 12.886.935.742 | 14.320.952.799 | 16.957.853.020 |
| Maranhão | 1.211.915.161 | 1.547.091.718 | 1.330.163.510 | 1.659.582.197 | 1.965.159.118 |
| Piauí | 372.709.983 | 449.220.946 | 344.482.056 | 475.280.157 | 562.792.934 |
| Ceará | 1.235.165.652 | 1.486.326.839 | 1.508.477.782 | 1.580.674.398 | 1.871.722.119 |
| RNorte | 481.619.927 | 668.210.064 | 592.473.564 | 801.810.769 | 949.447.244 |
| Paraíba | 679.235.114 | 762.215.835 | 807.886.832 | 916.445.497 | 1.085.189.530 |
| Pernambuco | 1.701.405.305 | 1.898.956.246 | 2.084.207.174 | 2.183.290.874 | 2.585.297.659 |
| Alagoas | 1.321.275.230 | 1.165.264.609 | 1.299.671.818 | 1.143.156.597 | 1.353.644.678 |
| Sergipe | 555.997.639 | 621.574.036 | 580.695.810 | 521.892.224 | 617.987.626 |
| Bahia | 3.333.687.396 | 3.947.088.199 | 4.338.877.197 | 5.038.820.086 | 5.966.612.111 |

TABELA 12
Agropecuária - PIB regional em valores constantes de 1995

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|---------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Brasil | 52.634.665.321 | 56.103.349.719 | 59.003.907.507 | 62.615.703.209 | 74.145.059.109 |
| Sudeste | 21.886.102.659 | 23.380.249.639 | 24.408.749.351 | 24.035.873.647 | 28.461.570.835 |
| Minas Gerais | 7.251.456.319 | 8.159.405.821 | 8.153.849.306 | 9.148.923.834 | 10.833.504.435 |
| Espírito Santo | 971.945.934 | 1.168.831.351 | 1.147.796.810 | 1.493.949.801 | 1.769.029.023 |
| Rio de Janeiro | 1.057.695.807 | 1.064.036.615 | 998.198.379 | 1.231.698.560 | 1.458.489.769 |
| São Paulo | 12.605.004.599 | 12.987.975.852 | 14.108.904.855 | 12.161.301.453 | 14.400.547.608 |
| Sul | 11.667.222.599 | 11.504.016.025 | 13.179.700.950 | 14.399.568.081 | 17.050.943.642 |
| Paraná | 4.840.751.493 | 4.639.387.413 | 5.122.450.020 | 5.874.484.574 | 6.956.146.520 |
| Santa Catarina | 2.149.311.742 | 2.121.031.344 | 2.571.238.059 | 2.571.818.179 | 3.045.364.041 |
| RSul | 4.677.159.364 | 4.743.597.268 | 5.486.012.871 | 5.953.265.328 | 7.049.433.082 |
| Centro-Oeste | 3.729.927.549 | 4.162.762.189 | 4.159.212.528 | 4.756.690.987 | 5.632.534.912 |
| Mato Grosso | 655.183.577 | 737.731.703 | 773.520.150 | 871.397.576 | 1.031.846.989 |
| Mato Grosso do Sul | 1.362.429.703 | 1.515.261.671 | 1.473.898.838 | 1.733.423.118 | 2.052.596.281 |
| Goiás | 1.674.303.847 | 1.862.331.667 | 1.860.478.094 | 2.103.352.178 | 2.490.639.944 |
| Distrito Federal | 38.010.422 | 47.437.148 | 51.315.445 | 48.518.114 | 57.451.697 |

FONTE: GAC/IPEA/DIPES (1996) e IBGE

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES - IBGE

Nota: Os valores, deflacionados pelo deflator implícito do PIB, estão expressos em R\$ de 1995

(conclusão)

TABELA 13
 Indústria- PIB Regional em valores constantes de 1995

(continua)

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|-----------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Brasil | 213.758.427.212 | 223.950.742.206 | 238.050.114.221 | 227.759.890.360 | 231.722.177.945 |
| Norte | 8.663.067.875 | 8.884.605.669 | 10.225.842.983 | 10.208.391.808 | 11.034.076.578 |
| Rondônia | 653.401.233 | 676.682.608 | 777.319.857 | 747.202.201 | 813.516.369 |
| Acre | 165.530.773 | 89.216.094 | 124.565.688 | 197.030.254 | 269.528.016 |
| Amazonas | 3.859.246.138 | 4.043.586.783 | 4.445.074.082 | 4.453.624.085 | 4.431.522.461 |
| Roraima | 72.945.828 | 74.836.945 | 81.721.127 | 112.359.354 | 149.108.724 |
| Pará | 3.607.687.698 | 3.778.278.715 | 4.450.853.375 | 4.328.548.488 | 4.938.069.974 |
| Amapá | 275.384.030 | 192.377.309 | 316.406.330 | 340.663.604 | 404.072.951 |
| Tocantins | 28.872.175 | 29.627.215 | 29.902.523 | 28.963.822 | 28.258.084 |
| Nordeste | 25.742.826.063 | 27.708.651.365 | 29.780.210.231 | 27.077.832.003 | 27.750.628.736 |
| Maranhão | 1.629.878.112 | 1.764.438.390 | 2.277.531.010 | 2.172.682.725 | 2.225.757.882 |
| Piauí | 489.474.615 | 572.270.335 | 643.036.476 | 607.680.061 | 630.485.197 |
| Ceará | 2.463.618.688 | 2.616.769.968 | 2.858.838.970 | 2.619.676.414 | 2.787.092.853 |
| Rnorte | 2.055.103.788 | 2.396.455.270 | 2.877.603.021 | 2.641.642.964 | 2.595.095.192 |
| Paraíba | 864.798.553 | 934.691.020 | 965.055.566 | 872.885.917 | 857.998.837 |
| Pernambuco | 4.279.799.985 | 4.254.181.030 | 4.446.562.579 | 4.052.285.870 | 4.146.833.211 |
| Alagoas | 1.058.761.328 | 1.115.006.775 | 1.180.375.739 | 1.098.839.431 | 1.087.996.943 |
| Sergipe | 1.743.436.804 | 2.217.190.543 | 2.480.104.988 | 2.065.337.414 | 2.296.396.914 |
| Bahia | 11.157.954.190 | 11.837.648.035 | 12.051.101.883 | 10.946.801.207 | 11.122.971.707 |

TABELA 13
Indústria- PIB Regional em valores constantes de 1995

(continua)

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|---------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Brasil | 213.758.427.212 | 223.950.742.206 | 238.050.114.221 | 227.759.890.360 | 231.722.177.945 |
| Sudeste | 140.658.235.471 | 146.618.528.430 | 155.266.759.684 | 149.072.490.695 | 150.352.618.403 |
| Minas Gerais | 18.489.215.289 | 19.073.800.296 | 20.215.364.707 | 19.743.214.163 | 20.868.192.208 |
| Espírito Santo | 2.959.219.683 | 3.073.483.752 | 3.157.562.142 | 3.120.660.728 | 3.477.352.945 |
| Rio de Janeiro | 25.149.282.999 | 27.052.710.749 | 28.599.491.563 | 24.117.739.354 | 24.555.801.183 |
| São Paulo | 94.060.517.501 | 97.418.533.632 | 103.294.341.272 | 102.090.876.449 | 101.451.272.067 |
| Sul | 33.565.098.025 | 34.467.057.938 | 35.327.154.793 | 33.256.237.919 | 33.853.598.295 |
| Paraná | 11.036.008.249 | 11.775.726.256 | 12.155.117.006 | 11.415.566.023 | 11.562.060.658 |
| Santa Catarina | 7.671.565.747 | 7.829.130.196 | 8.046.256.465 | 7.553.909.222 | 7.716.571.192 |
| Rsul | 14.857.524.028 | 14.862.201.486 | 15.125.781.321 | 14.286.762.674 | 14.574.966.444 |
| Centro-Oeste | 5.129.199.777 | 6.271.898.805 | 7.450.146.530 | 8.144.937.936 | 8.731.255.933 |
| Mato Grosso | 967.996.231 | 1.294.477.082 | 1.578.595.970 | 2.017.979.223 | 2.117.132.330 |
| Mato Grosso do Sul | 922.042.375 | 1.100.213.794 | 1.343.528.808 | 1.716.062.164 | 1.864.023.178 |
| Goiás | 2.557.678.554 | 3.087.871.961 | 3.566.840.114 | 3.405.722.731 | 3.636.573.517 |
| Distrito Federal | 681.482.617 | 789.335.967 | 961.181.638 | 1.005.173.817 | 1.113.526.909 |

TABELA 13
Indústria- PIB Regional em valores constantes de 1995

(continua)

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|-----------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Brasil | 191.944.495.884 | 190.595.816.498 | 185.329.348.357 | 191.642.941.033 | 193.583.079.252 |
| Norte | 8.484.637.862 | 8.571.731.986 | 7.608.196.970 | 8.291.803.601 | 8.668.358.016 |
| Rondônia | 627.044.217 | 614.865.404 | 504.350.095 | 576.897.114 | 538.644.666 |
| Acre | 187.568.469 | 277.510.897 | 202.904.352 | 213.014.754 | 235.740.747 |
| Amazonas | 3.568.822.432 | 3.597.375.123 | 3.246.321.836 | 3.519.801.105 | 3.450.361.531 |
| Roraima | 122.821.544 | 137.611.726 | 97.114.049 | 120.371.858 | 122.071.916 |
| Pará | 3.667.017.204 | 3.636.428.137 | 3.298.964.625 | 3.559.997.131 | 3.971.383.093 |
| Amapá | 287.803.921 | 284.653.023 | 236.567.969 | 266.581.362 | 308.898.752 |
| Tocantins | 23.560.075 | 23.287.676 | 21.974.043 | 35.140.277 | 41.257.310 |
| Nordeste | 23.834.466.253 | 23.768.345.724 | 22.575.809.954 | 22.712.424.556 | 22.240.846.783 |
| Maranhão | 1.642.855.589 | 1.350.895.339 | 1.448.453.591 | 1.361.111.365 | 1.428.767.157 |
| Piauí | 497.064.184 | 413.428.927 | 401.931.966 | 521.713.255 | 556.203.778 |
| Ceará | 2.327.235.748 | 2.716.721.617 | 2.668.297.151 | 2.631.819.069 | 2.529.114.989 |
| Rnorte | 1.918.500.858 | 2.115.429.579 | 1.857.602.262 | 1.811.099.178 | 2.097.450.124 |
| Paraíba | 796.753.573 | 809.057.054 | 754.517.649 | 744.747.206 | 742.101.389 |
| Pernambuco | 3.709.850.799 | 3.901.927.683 | 3.645.466.289 | 3.570.181.884 | 3.264.976.183 |
| Alagoas | 996.709.286 | 1.015.974.275 | 868.129.710 | 840.297.516 | 838.225.547 |
| Sergipe | 1.898.098.839 | 1.674.943.302 | 1.614.152.975 | 1.485.197.193 | 1.362.501.128 |
| Bahia | 10.047.397.376 | 9.769.967.948 | 9.317.258.362 | 9.746.257.889 | 9.421.506.487 |

TABELA 13
Indústria- PIB Regional em valores constantes de 1995

| | (conclusão) | | | | |
|---------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
| Brasil | 191.944.495.884 | 190.595.816.498 | 185.329.348.357 | 191.642.941.033 | 193.583.079.252 |
| Sudeste | 123.997.023.643 | 123.240.264.259 | 118.145.285.441 | 119.692.348.780 | 117.123.612.931 |
| Minas Gerais | 17.676.129.409 | 17.808.919.627 | 18.434.380.520 | 18.266.271.002 | 18.944.838.232 |
| Espírito Santo | 2.850.730.895 | 2.925.962.602 | 2.853.307.548 | 2.754.993.387 | 2.817.524.156 |
| Rio de Janeiro | 20.197.650.847 | 20.432.998.145 | 19.065.154.672 | 18.866.597.671 | 17.595.748.765 |
| São Paulo | 83.272.512.492 | 82.072.383.885 | 77.792.442.701 | 79.804.486.720 | 77.765.501.778 |
| Sul | 28.349.144.282 | 27.736.630.022 | 30.417.314.400 | 32.870.605.171 | 36.492.787.140 |
| Paraná | 9.647.784.760 | 10.405.134.829 | 12.330.715.271 | 13.630.486.153 | 16.336.906.805 |
| Santa Catarina | 6.472.557.854 | 5.998.084.708 | 6.572.049.114 | 7.035.446.770 | 7.462.060.779 |
| Rsul | 12.228.801.668 | 11.333.410.485 | 11.514.550.016 | 12.204.672.248 | 12.693.819.556 |
| Centro-Oeste | 7.279.223.844 | 7.278.844.508 | 6.582.741.593 | 8.075.758.925 | 9.057.474.382 |
| Mato Grosso | 1.664.061.247 | 1.765.404.075 | 1.589.148.701 | 2.052.513.989 | 2.288.009.425 |
| Mato Grosso do Sul | 1.485.677.191 | 1.393.458.294 | 1.324.230.415 | 1.666.753.969 | 1.946.788.005 |
| Goiás | 3.116.251.569 | 3.077.249.442 | 2.640.230.130 | 3.105.206.718 | 3.513.525.039 |
| Distrito Federal | 1.013.233.838 | 1.042.732.696 | 1.029.132.347 | 1.251.284.250 | 1.309.151.914 |

FONTE: GAC/IPEA/DIPES (1996) e IBGE

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES - IBGE

Nota: Os valores, deflacionados pelo deflator implícito do PIB, estão expressos em R\$ de 1995

TABELA 14
Serviços - PIB regional em valores constantes de 1995

(continua)

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|-----------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Brasil | 278.716.774.228 | 305.252.783.550 | 304.922.191.888 | 328.916.740.836 | 319.227.853.815 |
| Norte | 10.568.520.080 | 11.727.513.738 | 11.358.748.667 | 11.697.888.524 | 11.353.304.299 |
| Rondônia | 1.664.087.704 | 1.937.989.842 | 1.814.691.545 | 1.762.634.380 | 1.710.712.531 |
| Acre | 565.748.993 | 566.506.699 | 664.568.003 | 588.443.684 | 571.109.922 |
| Amazonas | 2.942.634.404 | 3.007.180.106 | 2.795.563.096 | 3.066.185.855 | 2.975.865.343 |
| Roraima | 393.439.718 | 317.444.931 | 348.458.316 | 365.055.100 | 354.301.687 |
| Pará | 4.232.401.623 | 5.078.298.390 | 4.920.285.345 | 5.016.178.367 | 4.868.417.006 |
| Amapá | 469.851.488 | 431.367.106 | 409.086.497 | 468.023.351 | 454.236.806 |
| Tocantins | 300.356.151 | 388.726.663 | 406.095.865 | 431.367.786 | 418.661.002 |
| Nordeste | 36.061.634.011 | 38.984.631.064 | 38.017.103.289 | 41.689.536.934 | 40.461.489.945 |
| Maranhão | 2.946.457.388 | 2.867.381.304 | 2.737.659.410 | 3.038.251.131 | 2.948.753.491 |
| Piauí | 1.497.875.606 | 1.454.939.557 | 1.343.876.830 | 1.559.398.214 | 1.513.463.084 |
| Ceará | 5.059.707.670 | 5.649.446.072 | 5.778.393.343 | 6.133.825.018 | 5.953.141.184 |
| RNorte | 1.889.883.476 | 2.231.235.409 | 2.043.158.758 | 2.296.804.543 | 2.229.147.665 |
| Paraíba | 2.334.475.483 | 2.555.866.606 | 2.356.600.722 | 2.537.819.123 | 2.463.062.689 |
| Pernambuco | 8.032.979.688 | 9.159.890.113 | 8.520.924.668 | 9.268.603.037 | 8.995.578.176 |
| Alagoas | 1.827.656.494 | 1.998.352.654 | 2.032.602.847 | 2.196.329.106 | 2.131.631.929 |
| Sergipe | 1.322.688.392 | 1.521.582.659 | 1.610.920.934 | 1.606.720.814 | 1.559.391.705 |
| Bahia | 11.149.909.815 | 11.545.936.690 | 11.592.965.777 | 13.051.785.948 | 12.667.320.022 |

TABELA 14
 Serviços - PIB regional em valores constantes de 1995

(continua)

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|---------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Sudeste | 164.166.234.497 | 182.147.402.630 | 183.100.390.024 | 194.980.851.204 | 189.237.308.222 |
| Minas Gerais | 21.859.650.354 | 23.760.684.274 | 23.946.656.192 | 26.695.371.267 | 25.909.006.805 |
| Espírito Santo | 3.974.552.255 | 4.308.243.541 | 4.360.316.760 | 4.735.376.916 | 4.595.887.111 |
| Rio de Janeiro | 43.548.500.094 | 46.782.870.291 | 44.554.205.119 | 52.397.299.169 | 50.853.834.064 |
| São Paulo | 94.783.531.795 | 107.295.604.524 | 110.239.211.953 | 111.152.803.852 | 107.878.580.242 |
| Sul | 40.408.253.909 | 43.197.433.310 | 44.825.338.755 | 49.227.075.151 | 47.776.995.206 |
| Paraná | 13.617.123.194 | 15.372.805.210 | 15.506.335.463 | 16.827.575.658 | 16.331.886.448 |
| Santa Catarina | 7.705.318.474 | 7.850.329.185 | 7.995.521.952 | 9.027.724.780 | 8.761.795.460 |
| RSul | 19.085.812.240 | 19.974.298.915 | 21.323.481.341 | 23.371.774.713 | 22.683.313.299 |
| Centro-Oeste | 27.512.131.732 | 29.195.802.808 | 27.620.611.153 | 31.321.389.023 | 30.398.756.144 |
| Mato Grosso | 3.035.957.193 | 3.733.995.592 | 3.485.904.092 | 3.565.703.239 | 3.460.668.464 |
| Mato Grosso do Sul | 3.026.438.516 | 3.498.535.833 | 3.433.198.567 | 3.542.866.917 | 3.438.504.831 |
| Goiás | 5.874.087.104 | 6.600.858.600 | 6.312.245.678 | 6.960.084.856 | 6.755.061.921 |
| Distrito Federal | 15.575.648.919 | 15.362.412.783 | 14.389.262.816 | 17.252.734.010 | 16.744.520.928 |

TABELA 14
Serviços - PIB regional em valores constantes de 1995

(continua)

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|-----------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Brasil | 235.718.946.885 | 231.051.022.666 | 288.557.029.180 | 285.633.233.353 | 352.044.583.834 |
| Norte | 8.280.674.965 | 8.708.683.035 | 9.690.616.308 | 9.677.233.445 | 10.788.874.894 |
| Rondônia | 1.245.547.549 | 1.289.687.529 | 1.336.652.317 | 1.350.599.213 | 1.539.877.207 |
| Acre | 386.501.936 | 408.992.645 | 458.848.631 | 476.446.836 | 555.921.059 |
| Amazonas | 2.107.436.167 | 2.201.387.647 | 2.501.236.670 | 2.595.122.517 | 3.090.058.461 |
| Roraima | 204.959.384 | 270.063.354 | 303.523.553 | 327.441.404 | 368.958.552 |
| Pará | 3.725.780.258 | 3.835.224.329 | 4.258.727.111 | 4.109.423.397 | 4.399.185.951 |
| Amapá | 238.235.880 | 376.602.711 | 449.964.447 | 437.976.383 | 425.804.626 |
| Tocantins | 372.213.791 | 326.724.819 | 381.663.580 | 380.223.696 | 409.069.038 |
| Nordeste | 31.987.945.195 | 30.660.187.609 | 36.878.746.613 | 34.786.281.765 | 40.209.018.500 |
| Maranhão | 2.129.568.291 | 2.182.764.468 | 2.589.607.839 | 2.476.024.750 | 3.108.414.103 |
| Piauí | 1.132.529.150 | 1.201.249.164 | 1.340.579.834 | 1.286.811.890 | 1.487.643.849 |
| Ceará | 4.847.903.173 | 4.466.709.139 | 5.317.806.336 | 4.996.319.808 | 6.251.424.955 |
| RNorte | 1.782.903.888 | 1.591.601.562 | 1.996.968.693 | 2.114.689.411 | 2.216.652.049 |
| Paraíba | 1.877.017.525 | 1.890.237.763 | 2.202.560.496 | 2.017.602.658 | 2.255.764.571 |
| Pernambuco | 6.551.684.749 | 6.720.932.652 | 8.285.852.683 | 7.772.524.125 | 9.100.576.676 |
| Alagoas | 1.751.341.676 | 1.549.639.780 | 1.918.248.512 | 1.839.469.594 | 2.262.019.204 |
| Sergipe | 1.300.989.191 | 1.188.139.073 | 1.350.116.518 | 1.315.818.329 | 1.449.946.392 |
| Bahia | 10.614.007.551 | 9.868.914.007 | 11.877.005.703 | 10.967.021.202 | 12.076.576.699 |

TABELA 14
Serviços - PIB regional em valores constantes de 1995

| | (conclusão) | | | | |
|---------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
| Brasil | 235.718.946.885 | 231.051.022.666 | 288.557.029.180 | 285.633.233.353 | 352.044.583.834 |
| Sudeste | 135.094.714.989 | 135.454.239.985 | 171.411.421.034 | 169.010.233.641 | 215.124.781.140 |
| Minas Gerais | 20.876.025.091 | 19.413.494.575 | 23.314.193.054 | 22.868.343.388 | 28.531.728.809 |
| Espírito Santo | 3.893.669.507 | 3.490.004.382 | 4.025.109.541 | 3.978.174.388 | 4.577.146.918 |
| Rio de Janeiro | 32.724.699.008 | 35.775.979.498 | 46.210.541.009 | 51.245.033.677 | 65.331.359.895 |
| São Paulo | 77.600.321.383 | 76.774.761.530 | 97.861.577.430 | 90.918.682.188 | 116.684.545.519 |
| Sul | 39.060.159.935 | 36.119.206.569 | 43.607.628.374 | 41.829.497.399 | 50.770.045.021 |
| Paraná | 13.520.033.841 | 12.267.518.128 | 15.242.390.504 | 13.490.398.386 | 17.148.214.646 |
| Santa Catarina | 6.531.214.880 | 6.587.113.726 | 8.065.559.620 | 8.330.273.034 | 9.384.616.655 |
| RSul | 19.008.911.214 | 17.264.574.716 | 20.299.678.250 | 20.008.825.979 | 24.237.213.720 |
| Centro-Oeste | 21.295.451.800 | 20.108.705.468 | 26.968.616.851 | 30.329.987.102 | 35.151.864.278 |
| Mato Grosso | 2.492.821.639 | 2.668.528.325 | 3.025.783.330 | 2.873.765.282 | 3.343.336.260 |
| Mato Grosso do Sul | 2.564.984.448 | 2.558.974.792 | 3.137.513.810 | 2.970.554.987 | 3.295.767.733 |
| Goiás | 5.287.545.244 | 4.874.515.144 | 5.997.721.677 | 6.408.621.928 | 6.735.909.396 |
| Distrito Federal | 10.950.100.469 | 10.006.687.207 | 14.807.598.034 | 18.077.044.905 | 21.776.850.889 |

FONTE: GAC/IPEA/DIPES (1996) e IBGE

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES - IBGE

Nota: Os valores, deflacionados pelo deflator implícito do PIB, estão expressos em R\$ de 1995

TABELA 15
PIB regional *per capita* em valores constantes de 1995

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Brasil | 3.376,62 | 3.523,85 | 3.650,01 | 3.483,67 | 3.515,27 |
| Norte | 2.368,34 | 2.515,74 | 2.635,90 | 2.554,65 | 2.672,82 |
| Rondônia | 2.785,40 | 2.521,39 | 2.554,54 | 2.400,26 | 2.458,23 |
| Acre | 1.858,96 | 1.886,58 | 1.951,72 | 2.051,11 | 2.453,93 |
| Amazonas | 3.678,54 | 3.787,83 | 3.990,74 | 3.984,96 | 3.900,35 |
| Roraima | 2.145,82 | 2.586,13 | 2.611,30 | 2.992,19 | 2.997,06 |
| Pará | 2.088,22 | 2.316,41 | 2.431,99 | 2.286,29 | 2.495,38 |
| Amapá | 2.423,88 | 2.782,91 | 3.303,71 | 3.323,30 | 3.267,65 |
| Tocantins | 820,97 | 950,01 | 900,66 | 838,07 | 928,18 |
| Nordeste | 1.616,09 | 1.718,67 | 1.771,58 | 1.693,15 | 1.732,65 |
| Maranhão | 1.004,41 | 1.190,61 | 1.201,87 | 1.207,74 | 1.203,57 |
| Piauí | 816,20 | 924,69 | 910,48 | 899,82 | 885,54 |
| Ceará | 1.279,06 | 1.371,16 | 1.381,95 | 1.319,02 | 1.323,47 |
| Rnorte | 1.843,09 | 2.022,44 | 2.340,18 | 2.248,75 | 2.312,49 |
| Paraíba | 1.058,07 | 1.149,42 | 1.240,22 | 1.101,53 | 1.159,13 |
| Pernambuco | 1.682,16 | 1.741,86 | 1.872,82 | 1.799,00 | 1.935,02 |
| Alagoas | 1.479,90 | 1.399,00 | 1.592,84 | 1.398,90 | 1.509,80 |
| Sergipe | 2.386,39 | 2.787,31 | 2.940,61 | 2.583,26 | 2.705,67 |
| Bahia | 2.237,45 | 2.322,28 | 2.272,64 | 2.208,43 | 2.200,30 |

TABELA 15
 PIB regional *per capita* em valores constantes de 1995

(continua)

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|---------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Brasil | 3.376,62 | 3.523,85 | 3.650,01 | 3.483,67 | 3.515,27 |
| Sudeste | 4.628,77 | 4.802,75 | 5.010,74 | 4.798,18 | 4.822,40 |
| Minas Gerais | 3.012,92 | 3.092,35 | 3.154,65 | 3.039,44 | 3.086,02 |
| Espírito Santo | 3.316,72 | 3.591,87 | 3.170,34 | 3.192,59 | 3.343,09 |
| Rio de Janeiro | 4.346,71 | 4.679,78 | 4.964,79 | 4.478,29 | 4.577,38 |
| São Paulo | 5.689,16 | 5.829,54 | 6.125,21 | 5.952,39 | 5.918,36 |
| Sul | 3.778,68 | 3.899,84 | 3.921,95 | 3.608,52 | 3.603,91 |
| Paraná | 3.448,43 | 3.543,81 | 3.650,19 | 3.310,04 | 3.260,80 |
| Santa Catarina | 3.740,46 | 3.976,99 | 3.885,82 | 3.669,66 | 3.632,15 |
| Rsul | 4.111,69 | 4.199,64 | 4.195,56 | 3.858,27 | 3.909,96 |
| Centro-Oeste | 2.931,88 | 3.203,99 | 3.401,90 | 3.442,66 | 3.505,85 |
| Mato Grosso | 2.170,10 | 2.753,02 | 2.789,51 | 2.970,86 | 3.047,77 |
| Mato Grosso do Sul | 2.802,69 | 3.088,40 | 3.128,56 | 3.063,25 | 2.849,31 |
| Goiás | 2.402,49 | 2.643,97 | 2.784,46 | 2.666,00 | 2.489,30 |
| Distrito Federal | 5.305,93 | 5.282,26 | 5.989,17 | 6.401,31 | 7.394,59 |

TABELA 15
PIB regional *per capita* em valores constantes de 1995

(continua)

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Brasil | 3.146,07 | 3.330,70 | 3.253,21 | 3.310,19 | 3.380,14 |
| Norte | 2.340,68 | 2.381,79 | 2.173,58 | 2.259,06 | 2.299,94 |
| Rondônia | 2.298,69 | 2.525,91 | 2.188,72 | 2.089,37 | 1.976,26 |
| Acre | 2.198,91 | 2.319,88 | 2.365,14 | 2.184,18 | 2.369,18 |
| Amazonas | 3.546,80 | 3.241,30 | 2.978,01 | 3.212,33 | 3.180,89 |
| Roraima | 2.689,39 | 2.345,61 | 2.132,95 | 2.289,31 | 2.213,09 |
| Pará | 2.084,43 | 2.236,13 | 2.032,99 | 2.121,96 | 2.221,69 |
| Amapá | 2.889,56 | 2.662,61 | 2.314,68 | 2.609,89 | 2.683,65 |
| Tocantins | 823,46 | 965,84 | 948,19 | 948,60 | 992,81 |
| Nordeste | 1.522,73 | 1.628,65 | 1.564,10 | 1.640,44 | 1.635,13 |
| Maranhão | 1.071,50 | 1.071,87 | 1.014,76 | 1.107,89 | 1.162,64 |
| Piauí | 879,31 | 852,00 | 757,29 | 908,16 | 919,27 |
| Ceará | 1.209,28 | 1.404,25 | 1.392,11 | 1.425,29 | 1.417,75 |
| Rnorte | 1.734,53 | 2.010,19 | 1.757,41 | 1.866,92 | 1.970,80 |
| Paraíba | 1.143,44 | 1.224,09 | 1.153,15 | 1.211,26 | 1.220,98 |
| Pernambuco | 1.643,20 | 1.883,55 | 1.767,55 | 1.814,15 | 1.765,59 |
| Alagoas | 1.569,80 | 1.532,05 | 1.493,71 | 1.485,35 | 1.511,40 |
| Sergipe | 2.520,16 | 2.458,96 | 2.412,41 | 2.238,46 | 2.156,33 |
| Bahia | 1.871,33 | 1.943,64 | 1.916,32 | 2.056,82 | 2.025,52 |

TABELA 15
 PIB regional *per capita* em valores constantes de 1995

| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|---------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Brasil | 3.146,07 | 3.330,70 | 3.253,21 | 3.310,19 | 3.380,14 |
| Sudeste | 4.302,34 | 4.601,47 | 4.463,43 | 4.398,29 | 4.490,83 |
| Minas Gerais | 2.732,57 | 2.936,62 | 2.945,20 | 3.063,58 | 3.120,61 |
| Espírito Santo | 2.865,39 | 3.080,03 | 3.014,58 | 3.143,93 | 3.156,79 |
| Rio de Janeiro | 4.017,97 | 4.313,30 | 4.090,03 | 4.449,15 | 4.831,07 |
| São Paulo | 5.322,34 | 5.672,78 | 5.485,86 | 5.140,43 | 5.139,69 |
| Sul | 3.295,67 | 3.374,68 | 3.589,93 | 3.834,71 | 3.983,42 |
| Paraná | 3.010,37 | 3.276,80 | 3.519,53 | 3.781,01 | 4.047,15 |
| Santa Catarina | 3.296,22 | 3.187,42 | 3.413,43 | 3.607,31 | 3.750,58 |
| Rsul | 3.560,21 | 3.558,25 | 3.742,84 | 3.997,92 | 4.042,40 |
| Centro-Oeste | 3.259,82 | 3.454,15 | 3.196,22 | 3.525,71 | 3.650,90 |
| Mato Grosso | 2.769,06 | 3.174,30 | 2.896,75 | 3.083,49 | 2.983,27 |
| Mato Grosso do Sul | 2.690,60 | 2.815,86 | 2.644,17 | 2.809,53 | 2.868,18 |
| Goiás | 2.501,89 | 2.691,52 | 2.448,43 | 2.676,52 | 2.689,36 |
| Distrito Federal | 6.426,59 | 6.488,22 | 6.108,07 | 7.064,26 | 7.808,66 |

FONTE: IBGE

Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES - IBGE

Nota: Os valores, deflacionados pelo deflator implícito do PIB, estão expressos em R\$ de 1995

(conclusão)

TABELA 16
Participação dos estados e regiões no total das exportações brasileiras de produtos básicos

(continua)

| | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 |
|------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| NORTE | 5,24% | 9,25% | 10,86% | 10,63% | 10,14% | 11,06% | 11,25% | 10,81% | 10,58% | 8,65% | 9,91% |
| Rondônia | 0,12% | 0,10% | 0,10% | 0,10% | 0,02% | 0,02% | 0,06% | 0,05% | 0,10% | 0,15% | 0,10% |
| Acre | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,01% | 0,01% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,01% | 0,00% | 0,00% |
| Amazonas | 0,21% | 0,13% | 0,15% | 0,13% | 0,09% | 0,10% | 0,08% | 0,09% | 0,12% | 0,12% | 0,10% |
| Roraima | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,01% | 0,02% | 0,03% | 0,03% |
| Pará | 4,39% | 8,55% | 10,14% | 9,80% | 9,56% | 10,39% | 10,57% | 10,59% | 9,94% | 7,95% | 9,35% |
| Amapá | 0,52% | 0,46% | 0,47% | 0,59% | 0,46% | 0,56% | 0,52% | 0,07% | 0,39% | 0,36% | 0,33% |
| Tocantins | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,03% | 0,00% |
| Nordeste | 13,38% | 13,08% | 12,29% | 9,77% | 7,53% | 8,56% | 7,21% | 7,03% | 7,14% | 6,53% | 8,21% |
| Maranhão | 0,04% | 0,01% | 0,00% | 0,01% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,06% | 0,18% | 0,28% | 0,28% |
| Piauí | 0,03% | 0,03% | 0,03% | 0,02% | 0,05% | 0,03% | 0,01% | 0,03% | 0,01% | 0,00% | 0,00% |
| Ceará | 2,40% | 2,67% | 2,40% | 2,08% | 1,55% | 1,48% | 1,74% | 1,95% | 1,66% | 1,33% | 1,74% |
| Rio Gr. Do Norte | 0,36% | 0,30% | 0,28% | 0,36% | 0,40% | 0,48% | 0,55% | 0,53% | 0,53% | 0,47% | 0,38% |
| Paraíba | 0,21% | 0,11% | 0,08% | 0,10% | 0,11% | 0,05% | 0,03% | 0,06% | 0,08% | 0,08% | 0,06% |
| Pernambuco | 1,13% | 1,25% | 0,99% | 1,24% | 0,61% | 1,18% | 0,96% | 0,94% | 1,21% | 0,79% | 1,34% |
| Alagoas | 2,23% | 2,25% | 2,03% | 1,67% | 1,13% | 2,37% | 1,69% | 1,29% | 1,18% | 1,20% | 2,75% |
| Sergipe | 0,03% | 0,03% | 0,04% | 0,03% | 0,02% | 0,01% | 0,01% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Bahia | 6,96% | 6,42% | 6,44% | 4,26% | 3,65% | 2,95% | 2,22% | 2,16% | 2,29% | 2,38% | 1,65% |
| Sudeste | 41,56% | 41,97% | 36,25% | 35,75% | 35,29% | 42,00% | 47,79% | 39,79% | 37,50% | 43,28% | 41,94% |
| Minas Gerais | 22,12% | 21,42% | 16,31% | 15,54% | 17,52% | 18,89% | 21,04% | 17,73% | 19,32% | 22,21% | 22,25% |
| Espírito Santo | 6,12% | 7,09% | 6,47% | 6,14% | 6,45% | 7,84% | 9,23% | 6,85% | 6,96% | 9,38% | 9,09% |
| Rio De Janeiro | 0,28% | 0,39% | 0,38% | 0,48% | 0,24% | 0,26% | 0,18% | 0,16% | 0,14% | 0,52% | 1,12% |
| São Paulo | 13,03% | 13,07% | 13,08% | 13,60% | 11,08% | 15,00% | 17,33% | 15,06% | 11,09% | 11,18% | 9,48% |

TABELA 16
Participação dos estados e regiões no total das exportações brasileiras de produtos básicos (conclusão)

| | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 |
|---------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|
| Sul | 38,29% | 34,12% | 38,45% | 38,33% | 39,47% | 32,96% | 28,48% | 35,92% | 38,13% | 33,87% | 34,33% |
| Paraná | 15,06% | 13,06% | 15,99% | 15,77% | 14,93% | 11,84% | 10,76% | 12,13% | 12,97% | 13,35% | 13,26% |
| Santa Catarina | 7,90% | 7,12% | 6,11% | 6,46% | 7,12% | 6,47% | 5,99% | 6,60% | 7,06% | 6,68% | 7,25% |
| Rio Gr. Do Sul | 15,33% | 13,93% | 16,35% | 16,10% | 17,42% | 14,65% | 11,73% | 17,20% | 18,09% | 13,84% | 13,82% |
| Centro-Oeste | 1,52% | 1,58% | 2,16% | 5,52% | 7,57% | 5,42% | 5,27% | 6,44% | 6,65% | 7,68% | 5,62% |
| Mato Grosso | 0,37% | 0,41% | 0,97% | 1,73% | 2,05% | 2,55% | 1,97% | 2,87% | 2,70% | 3,16% | 2,31% |
| M. T. Do Sul | 0,43% | 0,88% | 0,81% | 2,30% | 2,91% | 1,11% | 1,14% | 1,69% | 2,06% | 2,16% | 2,11% |
| Goiás | 0,68% | 0,29% | 0,35% | 1,49% | 2,53% | 1,73% | 2,12% | 1,77% | 1,83% | 2,28% | 1,19% |
| Distrito Federal | 0,04% | 0,00% | 0,02% | 0,00% | 0,08% | 0,03% | 0,04% | 0,11% | 0,06% | 0,08% | 0,02% |
| TOTAL BRASIL | 6.857.462 | 6.041.054 | 6.763.313 | 7.943.823 | 8.164.507 | 8.635.535 | 8.603.277 | 8.651.191 | 8.875.622 | 10.425.372 | 9.962.188 |

FONTE: MINISTERIO DA INDUSTRIA E COMERCIO E DO TURISMO

ELABORAÇÃO: Atlas Regional das Desigualdades, IPEA/DIPES-IBGE

OBS: Valores expressos em mil Reais de 1995

TABELA 17
Participação dos estados e regiões no total das exportações brasileiras de produtos manufaturados

(continua)

| | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 |
|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| NORTE | 0,93% | 0,91% | 0,97% | 0,95% | 0,97% | 1,09% | 1,05% | 1,10% | 1,29% | 1,13% | 1,06% |
| Rondônia | 0,11% | 0,04% | 0,04% | 0,04% | 0,01% | 0,01% | 0,02% | 0,01% | 0,05% | 0,04% | 0,06% |
| Acre | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Amazonas | 0,27% | 0,26% | 0,23% | 0,29% | 0,34% | 0,42% | 0,46% | 0,60% | 0,51% | 0,40% | 0,39% |
| Roraima | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,01% | 0,02% | 0,01% | 0,01% |
| Pará | 0,49% | 0,57% | 0,65% | 0,58% | 0,60% | 0,64% | 0,56% | 0,46% | 0,69% | 0,66% | 0,59% |
| Amapá | 0,05% | 0,04% | 0,04% | 0,04% | 0,03% | 0,02% | 0,01% | 0,01% | 0,02% | 0,02% | 0,02% |
| Tocantins | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Nordeste | 8,44% | 6,61% | 6,68% | 6,97% | 7,77% | 8,02% | 7,52% | 6,91% | 5,81% | 6,34% | 7,22% |
| Maranhão | 0,12% | 0,11% | 0,10% | 0,11% | 0,43% | 0,31% | 0,21% | 0,21% | 0,22% | 0,24% | 0,25% |
| Piauí | 0,08% | 0,08% | 0,10% | 0,11% | 0,08% | 0,06% | 0,12% | 0,06% | 0,11% | 0,10% | 0,09% |
| Ceará | 0,31% | 0,27% | 0,36% | 0,31% | 0,32% | 0,34% | 0,45% | 0,42% | 0,39% | 0,44% | 0,42% |
| Rio Gr. Do Norte | 0,12% | 0,08% | 0,18% | 0,14% | 0,18% | 0,22% | 0,16% | 0,09% | 0,10% | 0,11% | 0,10% |
| Paraíba | 0,24% | 0,34% | 0,23% | 0,22% | 0,30% | 0,27% | 0,30% | 0,24% | 0,27% | 0,30% | 0,29% |
| Pernambuco | 1,36% | 1,49% | 1,28% | 1,31% | 1,40% | 1,66% | 1,45% | 1,16% | 0,78% | 0,81% | 1,18% |
| Alagoas | 0,33% | 0,35% | 0,23% | 0,31% | 0,21% | 0,33% | 0,60% | 0,60% | 0,51% | 0,42% | 0,53% |
| Sergipe | 0,21% | 0,13% | 0,16% | 0,17% | 0,14% | 0,22% | 0,15% | 0,21% | 0,11% | 0,14% | 0,09% |
| Bahia | 5,65% | 3,77% | 4,04% | 4,28% | 4,72% | 4,61% | 4,09% | 3,90% | 3,33% | 3,79% | 4,28% |

TABELA 17
Participação dos estados e regiões no total das exportações brasileiras de produtos manufaturados

| | (conclusão) | | | | | | | | | | |
|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 |
| Sudeste | 71,70% | 72,73% | 73,14% | 73,19% | 72,88% | 71,78% | 70,35% | 71,20% | 68,30% | 67,91% | 67,28% |
| Minas Gerais | 7,66% | 7,16% | 8,16% | 9,78% | 9,90% | 9,67% | 9,71% | 10,14% | 9,21% | 8,61% | 7,77% |
| Espírito Santo | 0,46% | 0,40% | 0,30% | 0,34% | 0,37% | 0,41% | 0,36% | 0,38% | 0,43% | 0,48% | 0,45% |
| Rio De Janeiro | 10,92% | 9,26% | 7,88% | 6,90% | 5,72% | 5,90% | 7,02% | 8,04% | 8,48% | 8,28% | 6,15% |
| São Paulo | 52,66% | 55,91% | 56,80% | 56,18% | 56,89% | 55,79% | 53,26% | 52,64% | 50,19% | 50,54% | 52,90% |
| Sul | 18,74% | 19,57% | 19,01% | 18,68% | 18,24% | 18,91% | 20,79% | 20,52% | 24,23% | 24,23% | 24,00% |
| Paraná | 5,08% | 3,92% | 3,66% | 3,58% | 3,29% | 3,65% | 3,97% | 3,85% | 4,67% | 6,27% | 5,78% |
| Santa Catarina | 3,64% | 4,63% | 4,29% | 4,43% | 4,39% | 4,99% | 5,65% | 5,51% | 6,50% | 6,23% | 6,75% |
| Rio Gr. Do Sul | 10,03% | 11,02% | 11,06% | 10,66% | 10,57% | 10,26% | 11,17% | 11,15% | 13,06% | 11,72% | 11,46% |
| Centro-Oeste | 0,19% | 0,18% | 0,20% | 0,21% | 0,14% | 0,19% | 0,29% | 0,28% | 0,37% | 0,39% | 0,44% |
| Mato Grosso | 0,15% | 0,13% | 0,17% | 0,17% | 0,10% | 0,15% | 0,25% | 0,19% | 0,23% | 0,20% | 0,25% |
| M. T. Do Sul | 0,03% | 0,01% | 0,01% | 0,01% | 0,01% | 0,01% | 0,02% | 0,03% | 0,04% | 0,06% | 0,08% |
| Goiás | 0,02% | 0,03% | 0,03% | 0,04% | 0,03% | 0,03% | 0,02% | 0,07% | 0,10% | 0,12% | 0,11% |
| Distrito Federal | 0,00% | 0,01% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| TOTAL BRASIL | 15.292.408 | 13.808.377 | 16.261.246 | 20.311.842 | 18.726.321 | 16.737.143 | 16.785.681 | 20.833.728 | 22.321.260 | 23.356.902 | 23.192.793 |

FONTES: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E DO TURISMO

ELABORAÇÃO: Atlas Regional das Desigualdades, IPEA/DIPES-IBGE

OBS: Valores expressos em mil Reais de 1995

TABELA 18
Participação dos estados e regiões no total das exportações brasileiras de produtos semi-manufaturados

(continua)

| | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 |
|------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| NORTE | 3,15% | 9,24% | 12,88% | 12,10% | 10,38% | 12,53% | 11,11% | 12,35% | 13,82% | 12,44% | 11,83% |
| Rondônia | 0,32% | 0,41% | 0,61% | 0,36% | 0,18% | 0,12% | 0,20% | 0,19% | 0,18% | 0,14% | 0,14% |
| Acre | 0,00% | 0,00% | 0,09% | 0,09% | 0,03% | 0,05% | 0,04% | 0,03% | 0,06% | 0,06% | 0,06% |
| Amazonas | 0,10% | 0,13% | 0,10% | 0,11% | 0,98% | 1,93% | 0,39% | 0,21% | 0,30% | 0,31% | 0,25% |
| Roraima | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,01% | 0,01% | 0,00% |
| Pará | 2,72% | 8,66% | 12,03% | 11,50% | 9,17% | 10,38% | 10,37% | 11,86% | 13,00% | 11,46% | 11,13% |
| Amapá | 0,02% | 0,04% | 0,05% | 0,03% | 0,02% | 0,05% | 0,11% | 0,04% | 0,28% | 0,42% | 0,26% |
| Tocantins | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,05% | 0,00% |
| Nordeste | 18,71% | 21,05% | 17,36% | 17,74% | 14,50% | 17,89% | 17,55% | 18,15% | 18,41% | 17,07% | 16,41% |
| Maranhão | 2,32% | 5,98% | 6,55% | 8,81% | 6,54% | 7,63% | 8,25% | 7,33% | 7,24% | 7,05% | 6,30% |
| Piauí | 0,19% | 0,18% | 0,32% | 0,34% | 0,28% | 0,37% | 0,36% | 0,46% | 0,69% | 0,42% | 0,49% |
| Ceará | 0,82% | 0,93% | 0,92% | 0,96% | 0,63% | 0,80% | 0,75% | 0,73% | 0,55% | 0,50% | 0,60% |
| Rio Gr. Do Norte | 0,14% | 0,10% | 0,15% | 0,13% | 0,11% | 0,17% | 0,09% | 0,11% | 0,19% | 0,14% | 0,15% |
| Paraíba | 0,06% | 0,04% | 0,03% | 0,10% | 0,05% | 0,05% | 0,03% | 0,04% | 0,02% | 0,02% | 0,06% |
| Pernambuco | 0,13% | 0,22% | 0,15% | 0,17% | 0,29% | 0,31% | 0,07% | 0,39% | 0,99% | 1,25% | 1,39% |
| Alagoas | 0,21% | 0,29% | 0,45% | 0,25% | 0,40% | 0,54% | 0,42% | 0,02% | 0,23% | 0,10% | 0,39% |
| Sergipe | 0,00% | 0,00% | 0,01% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Bahia | 14,84% | 13,31% | 8,79% | 6,97% | 6,20% | 8,02% | 7,59% | 9,08% | 8,49% | 7,57% | 7,04% |

TABELA 18
Participação dos estados e regiões no total das exportações brasileiras de produtos semi-manufaturados

| | (conclusão) | | | | | | | | | | |
|---------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 |
| Sudeste | 58,98% | 58,77% | 56,51% | 59,25% | 63,40% | 55,62% | 59,68% | 55,05% | 52,86% | 49,55% | 51,73% |
| Minas Gerais | 20,12% | 20,87% | 18,42% | 22,17% | 25,81% | 25,63% | 25,24% | 21,45% | 20,19% | 16,69% | 16,13% |
| Espírito Santo | 19,28% | 22,40% | 21,59% | 18,88% | 19,19% | 12,89% | 15,44% | 18,80% | 18,31% | 16,50% | 17,77% |
| Rio De Janeiro | 3,88% | 3,09% | 3,91% | 5,44% | 6,47% | 6,95% | 8,83% | 1,97% | 1,40% | 1,36% | 2,12% |
| São Paulo | 15,71% | 12,41% | 12,59% | 12,76% | 11,92% | 10,15% | 10,16% | 12,83% | 12,94% | 14,99% | 15,71% |
| Sul | 18,18% | 10,02% | 12,53% | 9,90% | 10,47% | 12,86% | 10,47% | 13,10% | 13,18% | 18,19% | 17,18% |
| Paraná | 6,37% | 1,74% | 3,80% | 3,05% | 3,07% | 3,99% | 3,34% | 4,00% | 3,53% | 7,07% | 7,08% |
| Santa Catarina | 0,42% | 0,49% | 0,43% | 0,50% | 1,03% | 0,85% | 0,43% | 0,67% | 0,81% | 2,12% | 1,73% |
| Rio Gr. Do Sul | 11,39% | 7,79% | 8,29% | 6,35% | 6,37% | 8,03% | 6,70% | 8,43% | 8,83% | 9,00% | 8,37% |
| Centro-Oeste | 0,97% | 0,92% | 0,73% | 1,01% | 1,25% | 1,11% | 1,19% | 1,35% | 1,74% | 2,76% | 2,86% |
| Mato Grosso | 0,05% | 0,07% | 0,20% | 0,12% | 0,06% | 0,10% | 0,17% | 0,34% | 0,54% | 1,03% | 1,24% |
| M. T. Do Sul | 0,04% | 0,06% | 0,06% | 0,06% | 0,35% | 0,10% | 0,11% | 0,10% | 0,16% | 0,57% | 0,60% |
| Goiás | 0,89% | 0,79% | 0,47% | 0,83% | 0,85% | 0,90% | 0,91% | 0,91% | 1,03% | 1,16% | 1,02% |
| Distrito Federal | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,01% |
| TOTAL BRASIL | 3.066.218 | 2.853.108 | 3.541.607 | 5.249.394 | 5.934.827 | 5.042.575 | 5.276.110 | 5.054.792 | 5.250.824 | 6.568.990 | 8.389.108 |

FONTE: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E DO TURISMO

ELABORAÇÃO: Atlas Regional das Desigualdades, IPEA/DIPES-IBGE

OBS: Valores expressos em mil reais de 1995.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao prof. Octavio Tourinho pelas orientações metodológicas e a Lilian Monteiro da secretaria de Indústria, Comércio e Turismo pela gentileza na disponibilização de dados referentes às Contas Externas.

Abstract: The paper analyses the economic indicators of Brazilian regions, focusing on their disparities. With globalization of economy, it's possible that those disparities can get worse, either social or economically, if the less developed areas are kept away from the international flow of trade.

Key Words: Economic Development; Socio-economic indicators; Regional Development; Regions; Brazil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ATLAS regional das desigualdades. [s.l.] IPEA/DIPES, 1996.
2. FERREIRA, A.H., DINIZ, Clélio Campolina. Convergência entre as rendas per capita estaduais no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4, out./dez. 1995.
3. GOMES, Gustavo Maia, VERGOLINO, José Raimundo. *A Macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994*. [s.l.] IPEA/DIPES, 1995. 109 p. (texto para discussão n. 372).
4. MUDANÇAS na divisão interregional do trabalho no Brasil. In: *A Economia da dependência imperfeita*, 4 ed. Rio de Janeiro, 1984. p. 39-75.
5. OCDE. *Recent trends in regional policies in OECD countries*. Paris, 1994. 103 p.
6. SILVA, Antonio Braz de Oliveira e, CONSIDERA, Cláudio Monteiro, VALADÃO, Lucilia de Fátima Rocha *et al.* Produto interno bruto por Unidade da Federação. [s.l.] IPEA/DIPES, 1996. 105 p. (texto para discussão n. 424).

Recebido para publicação em 06.08.96.



**Banco do
Nordeste**



SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - SUPAD
Central de Apoio Logístico - CENAL
Área de Serviços de Produção Gráfica - APROD
96/588
12/1.200 —